

RELATO CRÍTICO
do
Seminário UrbanSus
Espacialidades Cotidianas do Morar nas Ruas de São Paulo em Tempos de Covid-19:
Articulando Pesquisa e Prática

Local (Híbrido): São Paulo, Instituto de Estudos Avançados – USP

Data e horário: 13.04.2022 entre 14 e 18h

Fraya Frehse

<http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoaf/fraya-frehse>

Caio Moraes Reis

<http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoac/caio-moraes-reis>

Ignacio Castillo Ulloa

<http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoai/ignacio-castillo-ulloa>

São Paulo, junho de 2022

SUMÁRIO

Apresentação.....	2
1. Relato sobre a Abertura.....	7
2. Relato sobre a Sessão 1 (“ENCONTROS”).....	14
3. Relato sobre a Sessão 2 (“DIÁLOGOS”).....	21
4. Relato sobre a Sessão 3 (“DESAFIOS”).....	30

APRESENTAÇÃO

Autoria: Fraya Frehse

Realizado em formato híbrido no Centro de Síntese USP-Cidades Globais do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP) em 13 de abril de 2022 (Frehse; Reis; Castillo Ulloa, 2022), o Seminário UrbanSus a que este relato se refere faz par com um primeiro, que teve lugar na mesma instituição por via exclusivamente remota entre novembro e dezembro de 2020 (Frehse, 2020a). O primeiro UrbanSus percorreu sobre o que significou, para três grupos sociais distintos, “morar nas ruas de São Paulo” durante o primeiro ano da pandemia de Covid-19. Refiro-me, respectivamente, à população em situação de rua (PopRua); às agentes* profissionais dedicadas a tornar sanitária, logística e/ou institucionalmente menos penoso o cotidiano daquele segmento populacional na cidade; e a pesquisadoras acadêmicas há anos engajadas em compreender o dia a dia de homens, mulheres e crianças que pernoitam nas vias e logradouros públicos paulistanos (cf. a respeito Frehse, 2020; e Frehse; Kohara; Santana; Costa Vieira, 2020).

Ambos os seminários integram as ações do Global Center of Spatial Methods for Urban Sustainability (GCSMUS), o Centro Global de Métodos Espaciais para a Sustentabilidade Urbana, que coordeno na USP e que, criado em 2020 sob os auspícios do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD), é produto de um amplo projeto de intercâmbio científico e acadêmico internacional entre a Universidade Técnica de Berlim e 47 universidades de 7 regiões do chamado Sul Global, da Ásia à América Latina (<<https://gcsmus.org>>). A proposta do GCSMUS é identificar como métodos de pesquisa empírica das ciências sociais sensíveis à dimensão social e relacional do espaço podem contribuir para o enfrentamento de desafios concretos relativos à Agenda 2030 da ONU, em prol da sustentabilidade urbana (<<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>).

Como coordenadora da ação estratégica do GCSMUS em prol de implementações prático-empíricas de métodos espaciais, optei, em 2020, em conjunto com o Dr. Ignacio Castillo Ulloa – coordenador científico do GCSMUS e um dos coorganizadores do UrbanSus aqui tematizado -, por mergulhar em uma dimensão específica do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº. 11: “Tornar os espaços públicos urbanos mais inclusivos, mais seguros, mais resilientes e sustentáveis” (<<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11>>) – notadamente nestes tempos de pandemia. E foi aí que ganhou particular relevância socioespacial a chamada *homelessness*, o morar nas ruas das cidades dos quatro cantos do mundo. Recuperando o que escrevi (Frehse, 2020b: 2-3) na Apresentação do relato crítico referente ao primeiro UrbanSus,

* Neste relato, o feminino será adotado como referência pronominal às pessoas de diferentes gêneros.

[t]rata-se de um padrão de *uso corporal* dos espaços públicos urbanos (Frehse, 2016), mas padrão específico, relativo à permanência física regular de seres humanos nas ruas, praças e demais lugares públicos das cidades para fins de pernoite e, assim, de moradia (a etimologia do termo “morar” vem de demorar-se, permanecer fisicamente com regularidade em algum lugar). Já no Brasil falta um substantivo próprio para a dimensão socioespacial do fenômeno implícita no termo *homelessness*. O fenômeno é associado mais a seus/suas protagonistas: atualmente, à chamada população “em situação” de rua ou “PopRua”, mais de uma década atrás sobretudo à “população de rua”, enquanto os/as próprios/as protagonistas da prática se autodenominam “moradores/as de rua”.

O que tornaria esse fenômeno de interesse para um centro de pesquisa e extensão universitária que, como o GCSMUS, vem colocando os métodos espaciais das ciências sociais e espaciais (isto é, da antropologia e sociologia à arquitetura e ao urbanismo, passando pela geografia) a serviço do ODS nº. 11 da Agenda 2030? Precisamente o fato de o fenômeno ser de natureza socioespacial e indissociável das desigualdades sociais que desembocam nos espaços públicos urbanos privilegiados pela Agenda: locais de acesso legal irrestrito marcados por exclusão, insegurança e vulnerabilidade sociais, além de serem ambiental, social e economicamente insustentáveis (Kim; Kwon, 2018). O morar nas ruas é característica socioespacial própria de uma sociedade urbana que se produz e reproduz pelos quatro cantos do mundo por meio, entre outros, justamente desse fenômeno. Por mais dilemas sociais, sanitários e culturais que acarrete para as cidades, ele é parte integrante do modo como as cidades se produzem e reproduzem espacialmente dia a dia desde sobretudo a década de 1970. Foi a partir de então que o morar nas ruas se tornou objeto de pesquisa científica e de políticas públicas - primeiramente nos Estados Unidos e, depois, na Inglaterra e na Europa continental (Frehse, 2021a, p. 48) -, embora tenha se transformado em fenômeno global em particular desde os anos 2000, na esteira da expansão planetária de políticas urbanas neoliberais.

O fato de estarmos diante de um traço socioespacial próprio desse “modo de produção do espaço” – como bem sintetizou o filósofo e sociólogo Henri Lefebvre em seu *La production de l'espace*, de 1974 – explica, de um lado, porque é infrutífero debater soluções circunscritas e pontuais para o morar nas ruas. Como ressalta o autor, “mudar a sociedade” depende da produção de um novo espaço, pois é através deste que a sociedade se produz e reproduz (Lefebvre, 2000, p.72).

De outro lado, a natureza socioespacial do morar nas ruas evidencia a sua dramaticidade social. Sobretudo em cidades socialmente tão desiguais quanto São Paulo durante a atual pandemia. Ali o aumento da quantidade de homens, mulheres e, principalmente, famílias nas ruas é visualmente flagrante.

E isso ficou cientificamente comprovado graças ao mais recente *Censo da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo – 2021* (Prefeitura, 2021) — que, aliás, foi debatido, como veremos adiante, durante a segunda sessão do Seminário UrbanSus a que este relatório se refere. O recenseamento aponta um aumento de mais de 31% da população que mora nas ruas, entre 2019 e 2021: em contraste com as 24,5 mil pessoas recenseadas em outubro de 2019, em outubro

de 2021 aproximadamente 32 mil pessoas foram flagradas pernoitando em ruas ou em instituições de acolhimento – sendo novidades históricas a forte presença de famílias e barracas, nos lugares públicos.

Eis o pano de fundo para que o primeiro Seminário UrbanSus debatesse como os métodos espaciais podem contribuir para a apreensão qualitativa do fenômeno e, assim, indiretamente, para tornar menos sofrido o cotidiano da população em situação de rua em São Paulo (Frehse, 2020a). Quando falo em métodos espaciais, refiro-me ao a dois conjuntos de técnicas investigativas próprias das ciências sociais sensíveis à dimensão social e relacional do espaço:

- Observação etnográfica das espacialidades dos sujeitos pesquisados (via observação direta e participante e entrevistas em movimento);
- Técnicas de visualização dessas espacialidades (mapeamentos por meio de desenhos, fotografias etc.).

O que nos interessa especificamente, no GCSMUS, é buscar respostas para tal pergunta assumindo como pressuposto teórico que o que todos nós, na vida cotidiana, chamamos de espaço, não existe alheio às relações e práticas sociais que o produzem. De fato, o espaço é socialmente produzido, construído, constituído – os termos variam dependendo das perspectivas teóricas empregadas para a apreensão analítica dos processos sociais por meio dos quais o espaço é justamente produzido, construído, constituído. O termo “espaço” é uma abstração utilizada no pensamento social para dar conta dos conjuntos de relações de simultaneidade entre seres humanos e bens materiais e simbólicos, sendo que, justamente por isso, tais vínculos se materializam em ordenamentos sociais diversos: precisamente “espacialidades”.

Com base nos resultados das discussões travadas no primeiro Seminário UrbanSus, e nos avanços analíticos e formativos realizados pelo GCSMUS na sequência, foi possível propor ao Centro de Síntese USP-Cidades Globais um segundo UrbanSus. Ao longo de uma tarde inteira, as três sessões do segundo Seminário congregaram olhares de pesquisadoras universitárias e agentes da prática profissional com a PopRua em torno da seguinte questão: *Como será que métodos das ciências sociais sensíveis à dimensão espacial das práticas sociais (em particular a sociologia, a antropologia, a geografia, a arquitetura e o urbanismo) podem contribuir para a prática profissional com a população em situação de rua (PopRua) na cidade de São Paulo durante a pandemia de Covid-19 – incluindo o recente censo (Prefeitura, 2021)?*

O objetivo específico do evento foi debater criticamente a resposta que o GCSMUS desenvolveu para a pergunta notadamente por meio do projeto de pesquisa e extensão universitária intitulado “Métodos espaciais em ação: Espacialidades cotidianas do morar nas ruas de São Paulo”. Para tanto, os universos da pesquisa universitária e da prática profissional foram convidados a um diálogo direto e franco acerca das potencialidades e limitações de um conhecimento específico que os métodos espaciais ajudaram a produzir sobre o morar nas ruas, conhecimento produzido através de um curso de capacitação de dois meses (novembro-dezembro de 2021). Na ocasião, cientistas

do GCSMUS e assistentes sociais se aprofundaram conjuntamente nas espacialidades cotidianas do morar nas ruas da São Paulo pandêmica; isto é, nos arranjos diários que homens, mulheres e crianças têm feito corporalmente dos espaços públicos onde moram, ao mesmo tempo que atribuem significados a suas interações com pessoas, instituições e objetos, com animais e plantas ali.

É desse conhecimento que tratam as seguintes quatro seções deste relato. Para fins comunicativos, cada seção é introduzida através dos links de acesso tanto ao evento quanto ao vídeo daí resultante, além de dados específicos de cada uma das quatro etapas do Seminário: ementa e programação expositiva respectivamente da Abertura, da sessão 1 (“Encontros”), da sessão 2 (“Diálogos”) e da sessão 3 (“Desafios”).

A expectativa é, assim, oferecer à leitora uma visão sintética do andamento de discussões que articularam criticamente as lógicas da pesquisa e da prática a partir de um ponto de vista raro, entre os muros da Universidade. Afinal, foi ponto de vista forjado durante toda uma tarde de trocas críticas em torno de uma variedade ímpar de olhares social, cultural e institucionalmente diversos acerca do que é a PopRua em São Paulo, neste terceiro ano de pandemia de Covid-19.

Aproveito a oportunidade para reiterar, em meu nome e no dos dois outros coorganizadores do segundo UrbanSus aqui em questão – o Dr. Castillo Ulloa e o doutorando Caio Moraes Reis -, nossos agradecimentos ao Prof. Marcos Buckeridge e à funcionária Larissa Barreto Cruz, do IEA-USP, pelo apoio incondicional e prontidão com que se devotaram à realização do evento. Ademais, somos gratas a cada uma das participantes do curso de capacitação que gerou o segundo UrbanSus. *Last but not least*, agradecemos a todas as expositoras e debatedoras do evento.

Referências

FREHSE, F. Webinar “UrbanSus - Morar nas ruas de São Paulo durante a pandemia de Covid-19: Vivências, intervenções, pesquisas”, Centro de Síntese USP-Cidades Globais do Instituto de Estudos Avançados da USP, 2020a, <<http://www.iea.usp.br/eventos/urbansus-morar-nas-ruas-covid-19-vivencias>>; <<http://www.iea.usp.br/eventos/urbansus-morar-nas-ruas-covid-19-intervencoes>>; <<http://www.iea.usp.br/eventos/urbansus-morar-nas-ruas-covid-19-pesquisas>>, 10 nov., 30 nov. e 07 dez. 2020.

FREHSE, F. Apresentação. In: FREHSE, F.; KOHARA, L.; SANTANA, C.; COSTA VIEIRA; M. A. da. *Relato Crítico do Seminário UrbanSus ‘Morar nas Ruas de São Paulo Durante a Pandemia de Covid-19: Vivências, Intervenções, Pesquisas*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados – USP, 2020b, p. 2-4, <<http://www.iea.usp.br/eventos/eventos-procedimentos-e-normas/materiais-de-referencia/relato-critico-do-seminario-urbansus-morar-nas-ruas-de-sao-paulo-durante-a-pandemia-de-covid-19-vivencias-intervencoes-pesquisas/>>.

FREHSE, F.; KOHARA, L.; SANTANA, C.; VIEIRA; M. A. da. *Relato Crítico do Seminário UrbanSus ‘Morar nas Ruas de São Paulo Durante a Pandemia de Covid-19: Vivências, Intervenções, Pesquisas*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados – USP, 2020,

<<http://www.iea.usp.br/eventos/eventos-procedimentos-e-normas/materiais-de-referencia/relato-critico-do-seminario-urbansus-morar-nas-ruas-de-sao-paulo-durante-a-pandemia-de-covid-19-vivencias-intervencoes-pesquisas/>>.

FREHSE, F. Da desigualdade social nos espaços públicos centrais brasileiros. *Sociologia & Antropologia*, v. 6, n. 1, p. 129-158, 2016, <<https://doi.org/10.1590/2238-38752016v6i1>>.

FREHSE, F. The Historicity of the Refiguration of Spaces under the Scrutiny of the Pre-Covid São Paulo Homeless Pedestrians. In: MILLION, A.; HAID, C.; CASTILLO ULLOA, I.; BAUR, N. (Org.). *Spatial transformations: Kaleidoscopic perspectives on the refiguration of space*. Oxford: Routledge, 2021, pp. 46-59, <<https://doi.org/10.4324/9781003036159>>.

KIM, S.; KWON, Hyun-ah. Urban sustainability through public architecture. *Sustainability*, v. 10, p.1-21, 2018, <[doi:10.3390/su10041249](https://doi.org/10.3390/su10041249)>.

LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*, 2.ed. Paris: Anthropos, 2000.

PREFEITURA Municipal de São Paulo (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social). *Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua, Caracterização Socioeconômica da População Adulta em Situação de Rua e Relatório temático de Identificação das Necessidades desta População na Cidade de São Paulo – 2021*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2021,

<<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZWE4MTE5MGI0ZjRmMi00ZTcyLTgxOTMtMjc3MDAwMDM0NGI1liwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTU0NDZiYS1iMmE4LTlhInJE1NGM5MGUwNyJ9>>.

1. RELATO SOBRE A ABERTURA

Autoria: Fraya Frehse

Link - evento: <<http://www.iea.usp.br/eventos/morar-ruas-covid-19-pesquisa-pratica>>

Link – vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=FJVketwdAL4>

(Minutagem da Abertura: 00:00:00 → 00:43:28)

Programação:

Exposições

Marcos Buckeridge (IB/USP e USPCG-IEA/USP),

Fraya Frehse (GCSMUS e USPCG-IEA/USP)

Exposição de Marcos Buckeridge (Minutagem no vídeo: 00:00:00 → 00:07:59):

Em sua fala introdutória, o Professor Marcos Buckeridge deu as boas-vindas ao público presente – composto por 30 participantes convidadas, dentre as quais pesquisadoras e agentes de órgãos públicos e organizações sociais. Ademais, explicitou a estrutura do Centro de Síntese USP-Cidades Globais do Instituto de Estudos Avançados (IEA), ressaltando o seu comprometimento com o debate público e a formulação de “soluções” passíveis de resolverem “problemas” da vida nas cidades. No que se refere especificamente ao fenômeno abordado pelo Seminário, a população em situação de rua (“carinhosamente apelidada de PopRua”), o interesse do Centro no tema tal como trabalhado por mim, relatora desta Sessão, e minha equipe gira em torno de sua habilidade em evidenciar o “problema em toda a sua complexidade” trazendo, para o IEA, as “vozes” de quem vive a situação dia a dia.

Sendo a proposta do Centro, por meio de seminários “UrbanSus” (<http://www.iea.usp.br/pesquisa/projetos-institucionais/usp-cidades-globais/urbansus>), a realização de “discussão com consequências”, o Professor reconhece no Seminário em questão uma possibilidade de avanço, em prol da formulação de políticas públicas, desde os debates havidos no primeiro momento do Seminário, entre novembro e dezembro de 2020 (<http://www.iea.usp.br/eventos/urbansus-morar-nas-ruas-covid-19-intervencoes>).

Foi justamente essa transição que a organização do Seminário tentou viabilizar, por meio da estrutura e do conteúdo das três sessões que coube a mim introduzir ao público, na sequência. Assim, a apresentação virou uma “Exposição de Abertura” temporalmente mais delongada.

Exposição de Fraya Frehse (Minutagem no vídeo: 00:08:00 → 00:43:28):

Após dar as boas-vindas ao público e agradecer às instituições e pessoas que tornaram o Seminário possível, desenvolvi minha exposição em duas etapas. Primeiramente, situei

epistemológica e teoricamente a pergunta que inspirou a concepção tanto do primeiro quanto do presente evento UrbanSus. É o que me permitiu, na sequência, apontar quatro particularidades da resposta para essa pergunta desenvolvida pelo GCSMUS no âmbito do Seminário aqui em foco.

A pergunta de fundo do evento está anunciada na ementa do segundo UrbanSus: *Como será que ciências sociais sensíveis à dimensão espacial das práticas sociais (em particular a sociologia, a antropologia, a geografia, a arquitetura e o urbanismo) podem contribuir para a prática profissional com a população em situação de rua (PopRua) na cidade de São Paulo durante a pandemia de Covid-19?*

A resposta não é auto-evidente. Afinal, as ciências sociais devotam-se por definição a pesquisar relações e práticas sociais – ou seja, algo bastante abstrato. Daí que o seu modo de atuação se distingue bastante daquele de áreas como a engenharia, a arquitetura projetiva, a medicina, a saúde pública. As ciências exatas e biológicas têm como oferecer à chamada PopRua contribuições materiais visualmente discerníveis na paisagem urbana: um albergue, uma determinada infraestrutura de serviços (máquinas de lavar, banheiros, lavatórios etc.); tratamentos médicos e psíquicos que interferem no bem-estar e aparência corporal de quem nas ruas pernoita. Em face dessa diferença, qual é mesmo a colaboração possível por parte das ciências sociais?

Munido dos “óculos” teóricos acerca da dimensão social-relacional do espaço, o GCSMUS tem se preocupado em especial com as contribuições *metodológicas* que as ciências sociais podem oferecer à prática profissional de quem se dedica a tornar menos penoso o dia a dia da PopRua em São Paulo em tempos de Covid-19. Não desconsideramos de modo algum o largo arcabouço de conhecimento teórico que as ciências sociais já produziram acerca do fenômeno: toda uma numerosa bibliografia a respeito, para a qual a mediadora da primeira sessão do Seminário, a antropóloga Maria Antonieta da Costa Vieira, produziu contribuições seminais (cf. a respeito, entre outros, Frehse; Kohara; Santana; Vieira, 2020: 27-28). Apoiado nesse repertório conceitual, o GCSMUS tem buscado fomentar a coprodução de conhecimentos socialmente enraizados sobre a PopRua por parte tanto das agentes profissionais devotadas a esse segmento quanto das pesquisadoras acadêmicas, convidando todas a trilhar, na companhia das pesquisadoras do próprio GCSMUS, *caminhos* específicos – ou, sendo menos metafórica, a adotar *métodos* definidos (em termos etimológicos, “método” vem do grego e significa “caminho”) para estranharem suas próprias maneiras cotidianas de lidar com a PopRua – como agentes sociais, como pesquisadoras – no espaço urbano paulistano.

Em suma, a proposta do GCSMUS é de que métodos das ciências sociais sensíveis à dimensão social-relacional do espaço contribuem para a prática profissional com a PopRua na medida em que estimulam suas protagonistas a se dar conta, em seu dia a dia profissional, do caráter socialmente construído de suas próprias ideias e convicções arraigadas acerca das espacialidades cotidianas do morar nas ruas de São Paulo em tempos de Covid-19. Métodos espaciais ajudam a desconstruir pré-conceitos espaciais cotidianos por meio da coprodução de conhecimento espacial enraizado. Sendo essencialmente transdisciplinar, tal coprodução de

conhecimento altera qualitativamente a prática profissional de quem se dedica a tornar menos penoso o cotidiano da PopRua em São Paulo.

Eis a fundamentação teórica e metodológica daquele do objetivo específico do Seminário a que este relato se refere: debater criticamente a resposta que o GCSMUS desenvolveu para a pergunta das contribuições das ciências sociais para a prática profissional com a PopRua notadamente por meio de um projeto definido de pesquisa e de extensão universitária. Intitulado “Métodos espaciais em ação: Espacialidades cotidianas do morar nas ruas de São Paulo”, tal projeto se materializou, na prática, em um curso de capacitação em métodos espaciais que estudantes-pesquisadoras do GCSMUS ministraram para 26 representantes de quatro das principais instâncias institucionais dedicadas ao trabalho profissional com a PopRua em São Paulo:

- (i) o Movimento Estadual da População em Situação de Rua de São Paulo, coordenado por Robson Mendonça (que participou do curso e é debatedor da Sessão 1 do Seminário em foco);
- (ii) o Serviço Especial de Abordagem Social (SEAS), que atua na localização e inserção da PopRua na rede de serviços da Prefeitura Municipal de São Paulo e foi representado no Seminário pela assistente social Patrícia Rodrigues;
- (iii) o Núcleo de Convivência São Martinho, organização da sociedade civil sediada na Mooca e ligada à Organização Social Nossa Senhora do Bom Parto (BomPar), responsável, por sua vez, por tratamento assistencial e de saúde à PopRua, e que compareceu ao Seminário por meio de Igor Renato;
- (iv) o Consultório na Rua, também ligado ao BomPar, e que envolve abordagem ambulante e direta da PopRua no espaço físico da própria rua, em prol de saúde física e mental – e que no Seminário foi representado por Marivaldo Santos.

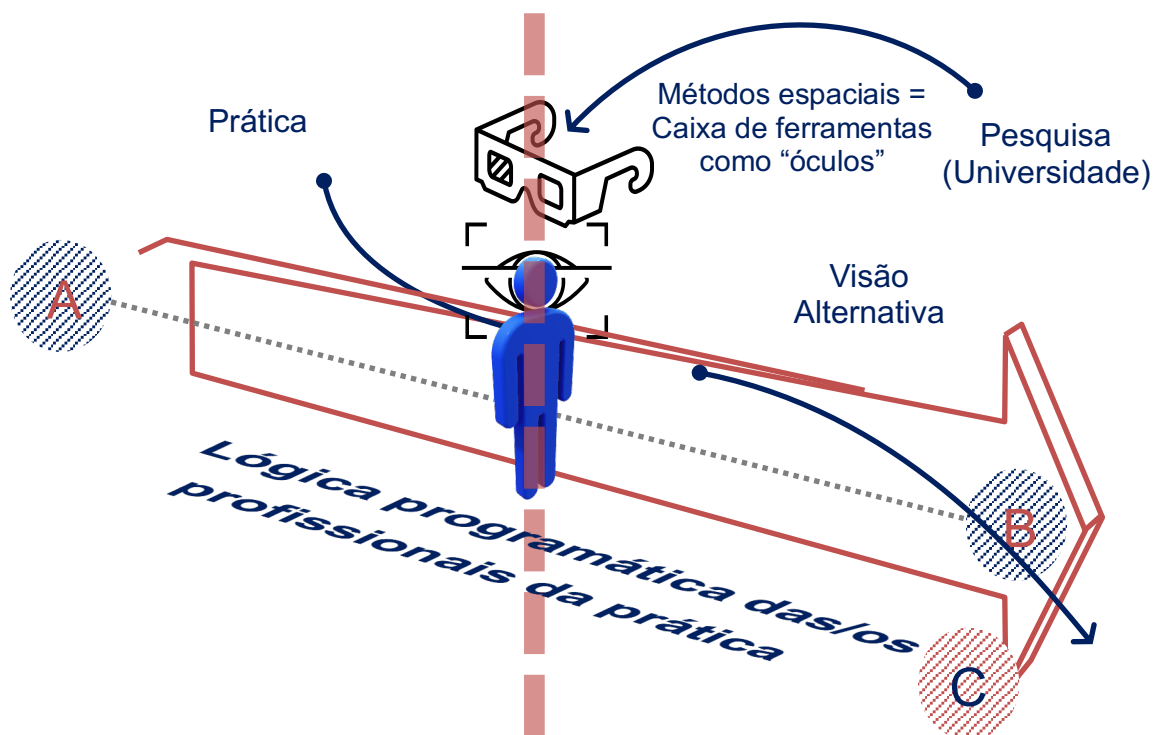
Menos do que detalhar de antemão a resposta elaborada pelo GCSMUS no âmbito desse curso de capacitação – tarefa das três sessões do Seminário -, pretendi, na segunda etapa de minha exposição, sugerir ao público quatro direções possíveis de apreensão dessa mesma resposta. O projeto a ser debatido criticamente no âmbito do Seminário conta com quatro especificidades de natureza epistemológica:

1. Aposta no *compartilhamento de métodos*, não teorias, para além dos muros da Universidade;
2. Aposta em *coprodução de conhecimento* sobre a realidade social por uma via transdisciplinar – congregando a Universidade à própria PopRua e às agentes da prática em torno do compartilhamento de métodos espaciais;
3. Aposta no *compartilhamento de métodos espaciais para além dos muros da Universidade*;
4. Aposta no *poder mediador e multiplicador* de uma *equipe interdisciplinar de estudantes-pesquisadoras*.

Tais particularidades se evidenciam de modo sintético quando se tem em conta seis características estruturais do projeto debatido no âmbito do Seminário UrbanSus:

1. Por meio de seu projeto, o GCSMUS não pretendeu “converter” ninguém em cientista social. Ao jogo de olhares proposto por meio do projeto e curso de capacitação “Métodos espaciais em ação” subjaz uma perspectiva epistemológica definida: aquilo que esta relatora denomina “perspectiva etnográfica” (cf. Frehse, 2006, citado em Frehse; Kohara; Santana; Vieira, 2020: 20);
2. Tudo teve início entre novembro de 2020 e janeiro de 2021, quando o GCSMUS capacitou em métodos espaciais uma equipe interdisciplinar pré-selecionada de estudantes-pesquisadoras de pós-graduação da USP, da Universidade Federal do ABC, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) dedicadas à PopRua como cientistas, profissionais e/ou ativistas. Produzido no âmbito do curso de capacitação “Coleta de Dados + Métodos Espaciais”, o conhecimento das estudantes sobre as espacialidades e temporalidades do morar nas ruas de São Paulo durante a pandemia de Covid-19 foi compartilhado publicamente pela primeira vez por ocasião do primeiro Seminário UrbanSus (Frehse, 2020).

De fato, a caixa de ferramentas de métodos espaciais se transformou em óculos metafóricos que o GCSMUS convidou, nesse primeiro momento, as estudantes-pesquisadoras a colocar, a fim de que tais pessoas compartilhassem com o próprio GCSMUS suas impressões sobre o que conseguiram ver com a ajuda desses mesmos óculos:



Resultados parciais de tal curso de capacitação foram apresentados e discutidos na terceira sessão do primeiro Seminário UrbanSus (Frehse; Kohara; Santana; Vieira, 2020: 16-30).

3. Uma vez concluído o curso, eu e Reis, estudante-membro da equipe interdisciplinar e coorganizador do segundo Seminário UrbanSus, realizamos, entre março e setembro de 2021, a análise do material qualitativo resultante da coleta de dados empreendida pelas estudantes-pesquisadoras por meio dos métodos espaciais. A análise de fato integrou a segunda fase do projeto do GCSMUS. Organizamos e categorizamos, em torno de termos de natureza espacial e temporal, informações textuais e visuais contidas nos cadernos de campo, entrevistas, fotografias, desenhos e mapas produzidos pela equipe de estudantes-pesquisadoras e pela PopRua que se dispôs a colaborar com o projeto. Assim, foi possível evidenciar o papel metodológico crucial em particular de dois métodos de coleta de dados espaciais mencionadas na Apresentação deste relato: aquilo que denominamos observação etnográfica e técnicas de visualização – ambas acerca das espacialidades cotidianas do morar nas ruas.
4. Ambos os métodos foram promovidos, em conjunto, a “caixa de ferramenta” ou “óculos” de métodos espaciais (em suma, a Caixa de Ferramentas SMUS – *SMUS Toolkit*) que, na terceira fase do projeto GCSMUS, coube colocar em prática no âmbito de um segundo curso de capacitação, só que desta vez voltado justamente às agentes da prática profissional com a PopRua. Tais profissionais foram convidadas pessoalmente pelas estudantes em conjunto comigo, com base no contato prévio travado no âmbito do curso anterior, para exercitarem-se, entre novembro e dezembro de 2021, em, de um lado, *estranhar as espacialidades cotidianas do morar nas ruas que lhes parecessem familiares*, em sua rotina trabalho com aquele segmento populacional; de outro lado, *a tornar familiar o que lhes parecesse estranho, naquelas mesmas espacialidades cotidianas*.
5. Sob a minha orientação e em diálogo com o chamado “método Paulo Freire” (Freire, 1967: 111-121), a equipe de estudantes transpôs os dados analíticos acerca das espacialidades cotidianas do morar nas ruas em São Paulo (fase 1) e sobre a Caixa de Ferramentas SMUS (fase 2) em um curso de capacitação estruturado em oito sessões. Baseado na imersão etnográfica das estudantes-pesquisadoras na rotina diária de trabalho das agentes profissionais, cada sessão (às vezes fisicamente móvel, outras vezes imóvel) foi um “encontro” em que estudantes e profissionais estranharam criticamente, em conjunto, as suas (pré-)concepções sobre a PopRua. Cientes do objetivo de convidar as agentes a colocar os “óculos” implícitos no uso da Caixa de Ferramentas SMUS sem (!) convertê-las em cientistas ou acadêmicas, as estudantes evitaram quaisquer termos conceituais ou metodológicos. Fizeram, ao invés disso, uso

da observação etnográfica e de fotografia, desenhos e de áudios de WhatsApp em relação às espacialidades cotidianas do morar nas ruas, a fim de incentivar diálogos etnográficos com e entre as profissionais participantes.

6. O objetivo específico foi sensibilizar etnograficamente tais participantes para a dimensão espacial de suas próprias pré-concepções (e preconceitos) acerca do público-alvo de sua prática profissional cotidiana: a PopRua. Para tanto, o objetivo geral foi contribuir para o desenvolvimento qualitativo da competência social das agentes da prática para lidar com o seu público-alvo dia a dia. Consequentemente, a estrutura do curso se constituiu da seguinte forma: enquanto o primeiro encontro tematizou as visões das participantes sobre o morar nas ruas com a ajuda dos aprendizados que as próprias estudantes-pesquisadoras tiveram sobre o assunto no âmbito do curso de capacitação (fase 1) do projeto do GCSMUS, o último encontro retomou o tema com base nos aprendizados que as agentes profissionais tiveram acerca do mesmo por meio do curso de capacitação aqui em foco (fase 3). Cada um dos seis encontros do íterim perscrutaram um assunto espacialmente sensível relacionado ao cotidiano da PopRua que costumava frequentar as quatro instituições das quais provieram as participantes do curso: a rotina cotidiana da PopRua dentro da respectiva instituição e para além dela; as espacialidades do passado, presente e futuro da PopRua; as suas concepções acerca dos seus espaços diários de circulação (rua, praça, lar, a instituição em questão, abrigo, barraca etc.); o papel respectivo da violência, de objetos de pertencimento, de animais de estimação e plantas, de amigos e familiares, na vida cotidiana da PopRua; e o tema de como essas pessoas se divertem.

Na expectativa de que tais informações pudessem facilitar a compreensão das exposições e discussões subsequentes, encerrei a minha fala sintetizando como as três sessões subsequentes do Seminário se articulam, e chamando ao palco as integrantes da primeira mesa.

Referências

FREHSE, F. Webinar “UrbanSus - Morar nas ruas de São Paulo durante a pandemia de Covid-19: Vivências, intervenções, pesquisas”, Centro de Síntese USP-Cidades Globais do Instituto de Estudos Avançados da USP, 2020, <<http://www.iea.usp.br/eventos/urbansus-morar-nas-ruas-covid-19-vivencias>>; <<http://www.iea.usp.br/eventos/urbansus-morar-nas-ruas-covid-19-intervencoes>>; <<http://www.iea.usp.br/eventos/urbansus-morar-nas-ruas-covid-19-pesquisas>>, 10 nov., 30 nov. e 07 dez. 2020.

FREHSE, F.; KOHARA, L.; SANTANA, C.; COSTA VIEIRA, M. A. da. *Relato Crítico do Seminário UrbanSus ‘Morar nas Ruas de São Paulo Durante a Pandemia de Covid-19: Vivências, Intervenções, Pesquisas*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados – USP, 2020, <<http://www.iea.usp.br/eventos/eventos-procedimentos-e-normas/materiais-de-referencia/relato>

critico-do-seminario-urbansus-morar-nas-ruas-de-sao-paulo-durante-a-pandemia-de-covid-19-
vivencias-intervencoes-pesquisas/>.

FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

2. RELATO SOBRE A SESSÃO 1 (“ENCONTROS”)

Autoria: Ignacio Castillo Ulloa

Link - evento: <http://www.iea.usp.br/eventos/morar-ruas-covid-19-pesquisa-pratica>

Link – vídeo: <<https://www.youtube.com/watch?v=FJVketwdAL4>>

(Minutagem da Sessão 1: 00:43:53 → 01:52:48)

Ementa:

Apresentação e debate dos resultados do Curso de Capacitação “Métodos Espaciais para a Prática Profissional com População em Situação de Rua”

Programação:

Mediação

Maria Antonieta da Costa Vieira (Rede PopRua & Organização do Auxílio Fraterno)

Exposições

4 porta-vozes da Equipe de Pesquisadores/as do GCSMUS – composta por Ana Gil (PUC-SP); Anna Martins (Unifesp); Caio Moraes Reis (USP); Ednan Santos (UFABC); Giovanna Bernardino (UFABC); Giulia Patitucci (USP/Prefeitura Municipal de São Paulo [PMSP]); Paula Rochlitz Quintão (Rede PopRua); Tales Fontana (USP)

Debate:

Robson Mendonça (Movimento Estadual da População em Situação de Rua – São Paulo)

Igor Renato (Centro de Convivência São Martinho)

Marivaldo Santos (Consultório na Rua - PMSP)

Patrícia Rodrigues (Serviço Especializado de Abordagem Social – Prefeitura de São Paulo [PMSP])

Debate

Robson Mendonça (Movimento Estadual da População em Situação de Rua – São Paulo)

Igor Renato (Centro de Convivência São Martinho)

Marivaldo Santos (Consultório na Rua - PMSP)

Patrícia Rodrigues (Serviço Especializado de Abordagem Social – Prefeitura de São Paulo [PMSP])

Apresentação:

Este relato reúne las ideas centrales presentadas, en un primer momento, por cuatro del grupo de las estudiantes de posgrado e investigadoras, quienes han fungido como agentes de entrenamiento en los cuatro “dominios institucionales” en los cuales se realizó la prueba de la Caja de Herramientas metodológica SMUS (*SMUS Toolkit*). El objetivo central perseguido era que las expositoras-investigadoras expusieran, basándose en su experiencia propia empleando la Caja de Herramientas SMUS, a los miembros activos en cada una de las instituciones escogidas (Movimento Estadual da População em Situação de Rua – São Paulo; Centro de Convivência São Martinho;

Consultório na Rua – PMSP; y Serviço Especializado de Abordagem Social – Prefeitura de São Paulo [PMSP]) sus aportes para comprender, desde otras ópticas, el fenómeno de las personas que habitan las calles y como ello, eventualmente, puede contribuir a mejorar las acciones que se coordinan y ejecutan. Dicha prueba, como tal, constituye el último escalafón del curso “Métodos espaciales para la práctica profesional con personas sin hogar” concebido e impartido por la Prof. Dr. Fraya Frehse. En este contexto, la primera sección del relato recoge la reconstrucción de la experiencia vivida por las expositoras-investigadoras, quienes formaron parte del panel de exposiciones, articulada en forma de lecciones extraídas, reflexiones retrospectivas sobre momentos específicos, y demás.

En un segundo momento, el relato condensa las reacciones, comentarios e, incluso, reservas acerca de la Caja de Herramientas SMUS, por parte de cuatro representantes de los “dominios institucionales”: Robson Mendonça (Movimento Estadual da População em Situação de Rua – São Paulo); Igor Renato (Centro de Convivência São Martinho); Marivaldo Santos (Consultório na Rua - PMSP); y Patrícia Rodrigues (Serviço Especializado de Abordagem Social – Prefeitura de São Paulo [PMSP]). Las impresiones compartidas, en este respecto, constituyen una suerte de repuesta a lo argumentado, en primera instancia, por parte de las expositoras-investigadoras. No obstante, se incluyen también reflexiones retrospectivas, similares a las expuestas en la primera parte del relato, que las representantes de los “dominios institucionales” articularon durante sus alocuciones.

1. Mirada de las expositoras-investigadoras, qui han sido las entrenadoras (Minutagem no vídeo: 00:47:03 → 01:12:50):

De acuerdo con lo compartido por parte de las expositoras-investigadoras, se dieron durante la introducción de la “caja de herramientas” en los “dominios institucionales” seleccionados cuatro “momentos de apreciación y aprendizaje”; los cuales están vinculados entre sí. El primero de ellos se caracterizó por un contraste de (pre)conceptos (y, quizás, en mayor o menor medida, prejuicios) sobre el papel que deberían jugar los distintos actores involucrados: las expositoras-investigadoras, fungiendo como “agentes de entrenamiento”; los miembros activos de los cuatro “dominios institucionales” a los que se expuso la Caja de Herramientas SMUS y, desde luego, las personas en condición de calle. Ello, en mayor o menor medida, era advertible, en el tanto sugerir cambios operativos y metodológicos en dominios institucionales ya establecidos no deja de ser una irrupción y, como tal, no es sencilla de poner en perspectiva para, consecuentemente, identificar cómo sería mejor implementar cambios y mejoras sugeridas. Como un mecanismo para abordar este primer momento de “apreciación y aprendizaje”, fue necesario realizar una contextualización sobre, primero, lo que significa y, por ende, implica, trabajar con personas en condición de calle. En otras palabras, la aproximación y lógica de trabajo de cada uno de los “dominios institucionales”. Seguidamente, la contextualización fue complementada, por parte de las expositoras-investigadoras, con una primera aproximación acerca de cómo y, por así decirlo, “dónde” el empleo de la “caja de herramientas” podría conllevar un aporte substancial.

En pos de procurar dicho fin, y como segundo “momento de apreciación y aprendizaje”, fue necesario llevar a cabo un “mapeo” de las agentes involucradas en cada uno de los “dominios institucionales”, para conocer qué funciones, competencias, perfiles profesionales, tipo de pericia y conocimiento poseían las personas encargadas de ejecutar las diversas actividades de asistencia y acompañamiento a las personas en condición de calle. (Cabe señalar acá que la Caja de Herramientas SMUS fue concebida buscando que su implementación no resultase muy compleja en lo pertinente a cualificaciones académicas y/o profesionales. Tal y como la experiencia misma del curso de capacitación impartido por la Prof. Dr. Fraya Frehse lo puso en evidencia, la implementación de la Caja de Herramientas SMUS bien puede ser precedida por un proceso de desarrollo de capacidades (*capacity building*), con el fin de que su uso se torne lo más accesible posible).

Una vez que el mapeo del “diseño institucional” de cada uno de los dominios elegidos fue realizado, las expositoras-investigadoras compartieron algunas impresiones acerca del diagnóstico y lectura que realizaron sobre el quehacer de cada uno de los cuatro ecosistemas institucionales desde donde emana el trabajo de atención y acompañamiento a las habitantes de la calle. Es aquí donde las expositoras-investigadoras plantean una cuestión central: ¿debería darse un movimiento que permita pasar de la “simple atención” hacia una instancia de “trabajo mutuo”? Dicha cuestión condujo al tercer “momento de apreciación y aprendizaje”: la relación que se establece entre las personas que prestan atención y acompañamiento (desde cada una de las instituciones elegidas) y las habitantes de calle. Esta relación supone la significación mutua que se hace entre las personas trabajando en los “dominios institucionales” y las habitantes de la calle. Dicho de otro modo, cómo perciben y definen, por un lado, quienes prestan atención y acompañamiento a las habitantes de la calle: ¿son “receptores pasivos” de una ayuda? ¿son miembros activos e íntegros de la sociedad? A este respecto, de acuerdo con lo constatado por las expositoras-investigadoras, las personas trabajando en los “dominios institucionales”, sumidas en las demandas de su quehacer (y por otras variadas razones, tales como la “racionalidad tecnocrática” que reduce a una cifra o indicador a las habitantes de la calle) no poseen posibilidad alguna para reflexionar, con detenimiento, quiénes son las habitantes de la calle. Dicho ejercicio de reflexión, como bien lo enfatizaron las expositoras-investigadoras, ofrecería la posibilidad de repensar el actuar de atención y acompañamiento a las habitantes de la calle y, con ello, abrir la oportunidad para hacer uso, y sacar provecho, de la Caja de Herramientas SMUS.

Por otro lado, cómo las habitantes de la calle imprimen de contenido simbólico el vínculo que construyen con quienes les brindan atención y acompañamiento, gira en torno a preguntas críticas como: ¿es solo una fuente de “asistencialismo”? ¿es una forma de dignificación que reconoce la condición humana más allá de las carencias materiales? Si bien este punto, para nada menor, sobrepasa, en mayor o menor medida, los alcances que ofrece la “caja de herramienta” no debería, en absoluto, dejarse de considerar, ya que está conectado con el cuarto “momento de apreciación y aprendizaje”: las inherentes limitaciones burocráticas y administrativas al quehacer de cada uno

de los “dominios institucionales”. Este cuarto punto es quizás el reto más palpable y complejo por sortear. Tal y como lo reportaron las expositoras-investigadoras, en cada uno de los “dominios institucionales” la enraizada “cultura burocrática-administrativa”, que rige el quehacer diario, es poco – por no decir del todo nada – susceptible a cambios como, por ejemplo, emplear la “caja de herramientas” (o, antes bien, pensar el vínculo con las habitantes de la calle).

Aparte, y en mayor o menor grado derivados, de estos cuatro “momentos de apreciación y aprendizaje”, las expositoras-investigadoras delinearon una serie de aspectos que revisten valiosas enseñanzas. Por ejemplo, hay un claro consenso en torno a la existencia de una fragmentación tanto a nivel *interinstitucional* (es decir, los distintos “dominios institucionales” prácticamente no interactúan entre sí) como *intrainstitucional* (es decir, las distintas personas trabajando a lo interno de cada uno de los “dominios institucionales” exhiben poseer un bajo nivel de interacción). En consecuencia, y otra vez constatado de forma unánime por las expositoras-investigadoras, dicha fragmentación deviene en detrimento directo de la prestación de asistencia y acompañamiento a las personas en condición de calle. Asimismo, la marcada limitación de recursos (humano, equipo, financiero) acentúa la pérdida de oportunidad de mejora. No obstante, y como un contrapunto positivo enfatizado durante los recuentos compartidos por las expositoras-investigadoras, en algunos “dominios institucionales” (por ejemplo, el Centro de Convivência São Martinho) es reconocible un cierto nivel de resiliencia, en el tanto que, pese a la fragmentación y escasez de recursos, las encargadas de llevar adelante el quehacer diario maximizan y optimizan los recursos y herramientas que tienen a disposición para, así, no dejar de prestar atención y acompañamiento a las habitantes de la calle. (Esto, por cierto, sugiere que la “cultura burocrática-administrativa” no sea, en el fondo, tan ubicua como pareciera).

Por otro lado, las expositoras-investigadoras observaron que las activistas o profesionales activas en los “dominios institucionales” que están ya sea ligadas u operando en interacción con el aparato estatal (por ejemplo, gestionando algún tipo de cooperación) experimenta una pérdida de ímpetu en su labor cotidiana, a causa de no solo el desgaste que conlleva lidiar con la burocracia y administración estatal sino también la gradual frustración que se experimenta por no poder emparejar fines y medios.

De un modo similar a la fragmentación inter- e intrainstitucional previamente citada, las expositoras-investigadoras dieron cuenta de una constelación de “espacios contextuales” – los cuales se generan a partir de la interacción entre las personas que prestan atención y acompañamiento y las habitantes de la calle en espacios físicos específicos – que exhiben una disociación. Por ende, se da una pérdida de efectividad, ya que los “espacios contextuales”, en buena lid, deberían interconectarse para formar un entramado consistente que refleje todas las instancias donde las trayectorias cotidianas de las habitantes de la calle se intersecan con el quehacer de quienes les brindan atención y acompañamiento. Es aquí, una vez más señalaron las expositoras-investigadoras, entraría en acción la “caja de herramientas” para poder constatar y comprender, desde un ángulo alternativo (es decir, uno que comporta la dimensión *social* y

relacional del espacio), la consistencia y correlación entre el ámbito físico e institucional de acción de atención y acompañamiento y las espacialidades cotidianas de las habitantes de la calle. A modo de reforzamiento de la relevancia que reviste este punto, las expositoras-investigadoras, con base en la experiencia propia, primero, siendo entrenadas y, luego, accionando la “caja de herramientas”, acentuaron como el descubrir y comprender espacios con cargas simbólicas y significativas para las prácticas cotidianas de las habitantes de la calle ayudaron a sacar de foco ideas preconcebidas y estigmatizantes sobre ellas.

Asimismo, y como corolario de la exposición, esto constituye un primordial primer paso hacia la promoción de una sinergia entre: (a) la investigación académico-científica, (b) el quehacer práctico de las personas comprometidas con la atención y acompañamiento a las personas en condición de calle y (c) las prácticas espaciales cotidianas de las habitantes de la calle.

2. Mirada de las debatientes, qui han sido las participantes de la capacitación y son agentes de cambios (o non) de la población en situación de calle [\(Minutagem no vídeo: 01:13:50 → 01:51:25\)](#):

Los debatientes coinciden en que, en su experiencia laborando directamente prestando asistencia y acompañamiento a las personas en condición de calle, no existe una cultura de uso, como recurso, de “metodologías”. Parte del motivo para ello, hubo consenso en las opiniones emitidas por las debatientes, se debe al carácter poco accesible y comprensible del lenguaje académico-científico. La pregunta, a este respecto, tal y como lo sostuvieron las debatientes, sería como lograr un “lenguaje común” que propicie un acercamiento entre la práctica de atención y acompañamiento a las personas en condición de calle y la “cuestión metodológica” que emana de la actividad académico-científica. Un punto central, y como coincidencia con lo argumentado por las expositoras-investigadoras, existe la necesidad de (re)conceptualizar la noción de “la habitante en condición de calle” y, con ello, reconocer mejor sus implicaciones con respecto a las prácticas de atención y acompañamiento. Además, resulta imperioso superar ideas preconcebidas y degradantes que permean el estigma embebido en la opinión pública. De manera similar, y una vez como intersección con la posición de las expositoras-investigadoras, las debatientes señalaron la necesidad de un abordaje multisectorial para la creación de políticas públicas “pragmáticas” (es decir, cuyos objetivos sean alcanzables en plazos de tiempo razonables y con los recursos disponibles) y de contenido sustancial (es decir, dirigidas a reconsiderar, iterativamente, las prácticas y métodos de asistencia y acompañamiento a las habitantes de calle).

En relación con la experiencia vivida con las expositoras-investigadoras y la presentación de la Caja de Herramientas SMUS, algunas de las debatientes manifestaron haberlo percibido, en un primer momento, como “un trabajo universitario más”. Sin embargo, con el paso del tiempo se comprendió, un poco mejor, el objetivo que se perseguía. Hubo, desde luego, resistencia; ante todo, la resistencia a cambiar la rutina y dinámica de trabajo (tal y como lo reportearon las expositoras-investigadoras con anterioridad). Sea como fuere, el diálogo, por otro lado, propuesto fue entonces

entendido, y aceptado, como diferente, porque se estaba planteado de “igual a igual”; sin estigmas y sin degradaciones. También, la ausencia de imposición y condescendencia por parte de las expositoras-investigadoras, enfatizaron las debatientes, fue central para aceptar escuchar lo que se quería proponer.

Como parte de las reflexiones retrospectivas claves, las debatientes coinciden en la importancia que supone el comprender a “la habitante de la calle” y sus prácticas espaciales cotidianas, respectivamente, como “experta” y “ámbito de trabajo”. A partir de dicho cambio de enfoque, se puede gestar un aprendizaje mutuo y edificante, por más antitético que parezca, entre las personas que prestan atención y acompañamiento y las personas en condición de calle.

En otro tema, y a modo de reacción a uno de los señalamientos hechos por las expositoras-investigadoras, las debatientes, si bien reconocen la distancia abismal entre las habitantes de la calle y el mundo institucional-burocrático puede resultar ubicua, puede ser abordada por caminos alternativos (por ejemplo, fomentando redes de solidaridad cuyos potenciales miembros poseen conocimiento y habilidad para “extraer” recursos y ayudas de la institucionalidad y burocracia gubernamental).

Curiosamente, de acuerdo con las debatientes, mientras su experiencia propia daba cuenta de la falta de cercanía entre la labor investigativa y científico-académica y la prestación de atención y acompañamiento a las habitantes de la calle, alguna alternativa para abordar dicha contradicción no les resultaba ni tan siquiera pensable. Es aquí donde el aporte realizado por las expositoras-investigadoras, compartiendo su experiencia siendo entrenadas y empleando la Caja de Herramientas SMUS, permitió empezar a reconocer la existencia de opciones plausibles. Con base en ello, y de nuevo en clara sintonía con el parecer de las expositoras-investigadoras, las debatientes hicieron hincapié en que una aproximación y tratamiento “humanizado” para con la habitante de la calle supone un cambio, desde un inicio, importante en la construcción de una mirada alternativa y en pos de la búsqueda de oportunidades mucho más responsivas a sus (por mucho) complejas necesidades. Más específicamente, las debatientes reconocieron que interactuar con las expositoras-investigadoras y escuchar con atención su experiencia con y conocimiento sobre la Caja de Herramientas SMUS trajo consigo una revaloración del trabajo cotidiano con la habitante de la calle. Eventualmente, sostuvieron algunas de las debatientes, ello bien puede llevar a reconsiderar la lógica operativa que apuntala las acciones de atención y acompañamiento a las personas en condición de calle. Por ejemplo, uno de los debatientes se refirió, como contribución del curso de capacitación, el impacto positivo que tendría para el manejo de conflictos entre las personas en condición de calle y las habitantes de las comunidades por donde circulan, el superar el estigma que define, “por naturaleza”, a la habitante de la calle como “violenta” y “conflictiva”.

Otra instancia similar, que las debatientes enfatizaron, fue el fomento de un diálogo con las habitantes de la calle para, con base a su valioso conocimiento de causa, deconstruir las prácticas de atención y acompañamiento. Dicho de otro modo, para que las necesidades e, incluso, expectativas de las personas en condición de calle no solo sean dignificadas, por ser tomadas en

cuenta, sino convertidas en parte integral del quehacer en los “dominios institucionales” (lo cual está en concordancia con el objetivo de introducir a las debatientes los alcances de la Caja de Herramientas SMUS). Las debatientes, a este propósito, mencionaron como el hecho que detalles concernientes a las medidas de higiene por la pandemia – uso de máscara, distanciamiento etc. – fuesen acatadas por las habitantes de la calle, cuando se les prestaba atención y acompañamiento, resulta una referencia fundamental para empezar a darle forma, de manera más permanente, a un espacio de respeto e interacción entre pares (donde, por ejemplo, la visión de la habitante de la calle como “receptora pasiva” de ayuda).

En términos generales, las debatientes, si bien expresaron abiertamente sus reservas (algunas solamente iniciales y otras más persistentes) sobre el intercambio con las expositoras-investigadoras y la presentación de la Caja de Herramientas SMUS como una forma para complementar y mejorar – y no de eliminar y reemplazar – las prácticas de atención y acompañamiento a las personas en condición de calle, también reconocieron los puntos positivos y constructivos (re-conceptualización y “des-estigmatización”, promoción de un espacio deliberativo adecuado etc.).

Comentario final:

El cambio, por defecto, genera rechazo y suspicacias. No obstante, si hay algo que la labor realizada por las expositoras-investigadoras (desde su entrenamiento hasta su intercambio con las debatientes en los “dominios institucionales”) pone de manifiesto es que es posible. Ello contribuye a nutrir de evidencia empírica la premisa de que el conocimiento académico científico (específicamente en este caso, en lo relativo a “metodologías de investigación espacial”) es completamente conteste con el ámbito de acción práctica. Del mismo modo, la experiencia del proyecto deja al descubierto la necesidad de tomar en cuenta precondiciones que pueden resultar desafiantes (tales como disponibilidad de recursos financieros y humanos), en el momento de asumir el reto de generar sinergias entre la actividad científico-académica, el campo de acción de los “dominios institucionales” y la vida cotidiana de las habitantes de la calle. Lecciones aprendidas, es importante señalar, bien pueden ser aplicadas para generar sinergias entre otras actividades científico-académica, “dominios institucionales” y fenomenológicas.

3. RELATO SOBRE A SESSÃO 2 (“DIÁLOGOS”)

Autoria: Caio Moraes Reis

Link - evento: <http://www.iea.usp.br/eventos/morar-ruas-covid-19-pesquisa-pratica>

Link – vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=FJVketwdAL4>

(Minutagem da Sessão 2: 01:53:20 → 03:01:49)

Ementa:

Debate metodológico sobre o *Censo da População em Situação de Rua de São Paulo 2021* à luz das espacialidades cotidianas do morar nas ruas em São Paulo em tempos de Covid-19

Programação:

Mediação

Fraya Frehse

Exposições

Carolina Nakagawa Lanfranchi (Observatório de Vigilância Socioassistencial – PMSP)

Viviane Ferreirinho (Observatório de Vigilância Socioassistencial - PMSP)

Debate:

Equipe de Pesquisadoras do GCSMUS

Apresentação:

A sessão “Diálogos” do segundo Seminário UrbanSus almejou um debate entre agentes da prática ligadas à formulação de políticas públicas para a população em situação de rua, (PopRua) na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), e parte da equipe de estudantes que participaram, como pesquisadoras, do projeto de pesquisa e extensão universitária intitulado “Métodos Espaciais em Ação: A Contribuição das Espacialidades Cotidianas do Morar nas Ruas para a Sustentabilidade Urbana”. O cerne da discussão foi a metodologia do *Censo da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo – 2021*, tendo por referência as contribuições teóricas e metodológicas da pesquisa do GCSMUS, expostas pelas estudantes na primeira sessão.

Para isso, foram convidadas a falar sobre o *Censo da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo – 2021* as sociólogas Viviane Ferreirinho e Carolina Nakagawa Lanfranchi, respectivamente analista e coordenadora do Observatório de Vigilância Socioassistencial da SMADS, com debate das estudantes Giulia Patitucci e Caio Moraes Reis.

Abertura de Fraya Frehse (Minutagem no vídeo: 01:53:20 → 01:55:18):

Fraya Frehse, na condição de coordenadora do projeto de pesquisa e extensão “Métodos Espaciais em Ação: A Contribuição das Espacialidades Cotidianas do Morar nas Ruas para a Sustentabilidade Urbana” e de mediadora da sessão, convidou as expositoras, Viviane Ferreirinho e Carolina Nakagawa, a tomarem assento no palco, enquanto agradecia sua presença e anunciava o conteúdo proposto da sessão, qual seja: apresentar e discutir, sob a perspectiva dos “óculos” das espacialidades cotidianas, o método empregado na execução do *Censo da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo – 2021* (<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZWE4MTE5MGltZjRmMi00ZTcyLTgxOTMtMjc3MDAwMDM0NGI5IiwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZIYS1iMmE4LThlNjE1NGM5MGUwNyJ9>) – em que pese a importância dos dados substantivos que o Censo apresenta e a sua imprescindibilidade para o desenho de políticas públicas, conforme ressaltado anteriormente por Marcos Buckeridge.

Exposição de Viviane Ferreirinho e Carolina Nakagawa Lanfranchi (Minutagem no vídeo: 01:55:18 → 02:32:56):

Viviane Canecchio Ferreirinho é cientista social com mestrado (2004) e doutorado (2009) em Educação. Dedicou-se aos sistemas de vigilância socioassistencial sob o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na cidade de São Paulo e atua como analista no Observatório de Vigilância Socioassistencial da SMADS, órgão voltado à análise territorial das vulnerabilidades que assolam a população paulistana. Já Carolina Nakagawa Lanfranchi é socióloga, pesquisadora do Observatório das Metrópoles e coordenadora do Observatório de Vigilância Socioassistencial da SMADS, com experiência em monitoramento e avaliação e políticas públicas e projetos socioculturais voltados à PopRua. Ambas atuaram no planejamento e na execução de todos os censos relativos a tal segmento populacional em São Paulo desde o ano 2000.

Ferreirinho e Lanfranchi organizaram uma exposição conjunta em torno de uma linha do tempo, no intuito de indicar os antecedentes, os marcos e os desdobramentos do atual Censo da PopRua em São Paulo. Seu objetivo foi descrever o esforço da Prefeitura, em particular da SMADS, em quantificar a PopRua para aprimorar o desenho de políticas públicas.

Foi Ferreirinho que iniciou a exposição. Agradeceu pela oportunidade de compartilhar, no âmbito do Seminário, o seu conhecimento sobre os censos paulistanos, contando parte da história desse esforço do poder público sob a perspectiva de quem é responsável por implementar políticas públicas para a PopRua. Em seguida, definiu os censos sobre a PopRua como frutos de pesquisa “metodologicamente acadêmica, mas feita por um órgão público”: uma ponderação importante para a proposta de diálogo subjacente à sessão.

Antes de prosseguir, porém, traçou uma breve história da assistência social na cidade, para situar a PopRua nessa área de atuação do poder público, apoiando-se na apresentação de um

esclarecedor conjunto de *slides*. Segundo Ferreirinho, a SMADS teria sido criada¹ para atuar com foco nas crianças e adolescentes, particularmente em relação ao provimento de creches. O fenômeno da PopRua teria sido, à época, ligado às migrações, sobretudo da chamada Região Nordeste para São Paulo. Teria sido apenas com a mudança de atribuição da política de creches em prol da Secretaria de Educação, que a Assistência Social teria passado a voltar-se às questões sociais, dentre as quais a PopRua.

Seguem os antecedentes e o histórico dos censos, segundo Ferreirinho (e seus *slides*):

- 1991: ocorre a primeira tentativa, por parte da Prefeitura Municipal de São Paulo, de contar a PopRua, mobilizando técnicas da SMADS;
- 2000: pela primeira vez, a Prefeitura contrata uma empresa (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe) para construir e consolidar uma metodologia de contagem da PopRua, incluindo na pesquisa uma segunda etapa de levantamento de dados, a partir de uma amostra, para traçar o seu perfil socioeconômico;
- 2003: a Prefeitura busca construir uma metodologia de atualização da contagem a partir de estimativas, inspirando-se na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)² e incluindo a população “acolhida” – isto é, que pernoitava nos centros de acolhida do município;
- 2007: é realizado o primeiro censo de crianças e adolescentes e trabalho infantil, com ganhos conceituais e metodológicos (sobretudo em relação à definição de horários para a coleta de dados);
- 2009: a Prefeitura realiza, novamente em conjunto com a Fipe, um censo, abandonando a proposta de seguir com uma estimativa nos moldes da Pnad-IBGE e se adequando à chamada Política Nacional para a População em Situação de Rua, instaurada naquele mesmo ano por meio do Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 (Brasil, 2009);
- 2011: dessa vez em parceria com a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), um novo censo é realizado, com a inclusão da figura do “pesquisador ‘sombra’”, cujo papel é acompanhar a coleta de dados disfarçado de pessoa em situação de rua, a fim de controlar a qualidade do processo. Segundo Ferreirinho, essa edição do censo foi permeada por controvérsias políticas, que implicaram dificuldades na difusão dos dados mesmo no âmbito da própria Prefeitura, entre secretarias municipais;

¹ Sob o nome de Secretaria Municipal do Bem Estar Social – SEBES, pelo Decreto nº 24.269 de 27 de julho de 1987.

² A Pnad tem por objetivo atualizar anualmente, por meio de estimativas, as características da população brasileira traçadas a cada 10 anos pelo Censo Demográfico do mesmo IBGE. Para isso, realiza amostragens dos domicílios em algumas cidades do país, a fim de viabilizar a realização de uma pesquisa metodologicamente confiável e economicamente factível sem prejuízo da atualização dos dados demográficos e socioeconômicos da população brasileira nos hiatos dos censos demográficos.

- 2015: em parceria com a Fipe, é realizado um novo censo, dessa vez incluindo uma terceira etapa de coleta de dados, dedicada à “identificação de necessidades”, com o objetivo de lançar um olhar mais aprofundado sobre perfis específicos da PopRua e de qualificar as respostas do poder público. Ferreirinho ressaltou que 2015 teria sido o último ano em que a contratação da empresa para realizar o censo foi feita “sem licitação por notório saber” – isto é, a partir da qualidade da proposta e da experiência da proponente. Em 2015, o Tribunal de Contas do Município teria determinado à Prefeitura que novas contratações para o censo decorressem de licitações públicas com pregão eletrônico e escolha da proposta financeiramente mais barata;
- 2019: é realizado o primeiro censo contratado por licitação pública com pregão eletrônico, dessa vez pela empresa Qualitest, que incluiu georreferenciamento instantâneo na coleta de dados prevista nas três etapas do censo.

Com base nessa linha do tempo, Ferreirinho voltou-se às definições operacionais de “população em situação de rua” mobilizadas em cada edição:

- 2000-2009: usa-se a definição de “morador de rua”, que corresponderia, conforme indica o *slide*, a um “segmento de baixíssima renda, que, por contingência temporária ou de forma permanente, pernoita nos logradouros da cidade – praças, calçadas, marquises, jardins, baixios de viaduto – em locais abandonados, terrenos baldios, mocós, cemitérios e carcaça de veículos. Também são moradores de rua aqueles que pernoitam em albergues públicos ou de entidades sociais”;
- 2007: para o censo de crianças e adolescentes, o slide indica o seguinte: “[d]istinguiram-se aquelas que moram nas ruas e as que enfrentam ‘jornadas de trabalho’ nas ruas e voltam às suas casas. A distinção se impõe pelo uso diferenciado dos espaços da cidade e pelas diversas formas de permanecer nas ruas: para as crianças e adolescentes que *moram* nas ruas, o espaço público é, primordialmente, sua casa; para os *trabalhadores*, é, antes de tudo, seu local de trabalho”;
- 2011-2019: adotou-se a definição que consta no Decreto nº 7.053, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, que estabelece como “população em situação de rua” um “grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporário ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória”.

Norteadas por esse elenco de definições, Ferreirinho passou a tratar especificamente da metodologia do censo como produto específico de pesquisa quantitativa. Atualmente, a metodologia resultaria do diálogo entre, respectivamente, a equipe técnica do Observatório de Vigilância Socioassistencial da SMADS, a empresa contratada a cada nova edição do censo, e o Comitê

Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua – o chamado Comitê PopRua (criado em 2013). Tal metodologia decorreria do reconhecimento das dinâmicas intraurbanas de mobilidade da PopRua e do objetivo primordial de evitar a dupla contagem: a coleta de dados no período da noite, de segunda a quinta (excluindo dias chuvosos), em distritos censitários geograficamente definidos antes do início da coleta, ao longo de três etapas – que compreendem, respectivamente, a contagem censitária, a pesquisa amostral e a “identificação de necessidades”, segundo a expositora. Essa metodologia proveria uma “fotografia” do momento, e buscaria cobrir uma lacuna deixada pelo IBGE, que, tanto no censo demográfico quanto na Pnad, não consideraria a PopRua.

Ademais, Ferreirinho aludiu, em sua exposição, a dois momentos em que a metodologia dos censos teria sido incrementada para incorporar desafios inerentes ao reconhecimento de uma maior complexidade da PopRua: em 2015, foram incluídas questões relativas à identidade de gênero da PopRua, às barracas e à composição familiar, além das “necessidades” de perfis populacionais específicos; já em 2019, foram incluídas questões referentes às estratégias de sobrevivência nas ruas e às repúblicas, incorporou-se o georreferenciamento instantâneo e contrataram-se pessoas em situação de rua como recenseadoras.

Na sequência, entrou em cena Carolina Nakagawa Lanfranchi, que abordou os desdobramentos que cada edição do censo teve sobre a atuação da Prefeitura Municipal de São Paulo. Os *slides* foram elucidativos:

- 1991: a Prefeitura reconhece a necessidade de ofertar novas formas de acolhimento para além do antigo Centro de Triagem e Encaminhamento (CETREM);
- 2000: o censo oferece subsídios para novos padrões de oferta e aquisição de usuários, ao passo que a Prefeitura começa a estimular a formação de lideranças políticas ligadas à PopRua;
- 2003: consolidam-se, por norma técnica, padrões de oferta de serviços públicos via processo de concorrência, com foco da política para PopRua no acolhimento institucional;
- 2007: cria-se fluxo integrado de atendimento entre serviços de proteção social básica, além de serem instauradas ações intersecretariais para proteção à infância;
- 2009: com a realização, em São Paulo, do 1º Encontro Nacional da População em Situação de Rua e a publicação do decreto que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, ocorre um alinhamento municipal em relação à tipificação nacional em torno de padrões de oferta, custos, indicadores e metas de monitoramento de serviços para a PopRua, com a conseqüente diversificação das ofertas;
- 2011: mantém-se o foco no acolhimento institucional;

- 2015: diante do primeiro esforço de “identificação de necessidades”³, são criados centros de acolhida para os perfis socialmente mais vulneráveis de PopRua (pessoas LGBTQIA+ e idosas);
- 2019: há um reconhecimento do direito à moradia como foco de atuação das políticas para a PopRua, expresso no provimento de serviços habitacionais.

Na esteira desse elenco de dados, Lanfranchi passou a considerações sobre a pesquisa do GCSMUS, exposta na primeira sessão do Seminário UrbanSus. Reafirmou a pertinência da troca entre a prática e a Universidade e a necessidade de que o poder público adotasse um olhar que identificasse os “potenciais da rua”, para além de pré-concepções das formuladoras de políticas públicas, a fim de que essas intervenções estatais fossem forjadas no diálogo com seu público-alvo. Para Lanfranchi, é urgente empreender uma “luta anti-albergue”, pois tais espaços violariam o sujeito e reforçariam a “subalternidade”. Por fim, a expositora ressaltou a importância de qualificar a oferta dos serviços dirigidos à PopRua. Isso passaria pela infraestrutura física, pelas equipes e pelo desenho das políticas voltadas a esse segmento populacional.

Após o encerramento da exposição, Frehse, como mediadora, enfatizou que a exposição teria conseguido sintetizar “tudo o que você sempre quis saber sobre assistência social na cidade de São Paulo e nunca teve coragem de perguntar”.

Debate por Giulia Patitucci e Caio Moraes Reis (Minutagem no vídeo: 02:36:07 → 02:52:00):

Giulia Pereira Patitucci é arquiteta, com mestrado (2022) pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Atuou como coordenadora da de Políticas para População em Situação de Rua na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) entre 2019 e 2022. Já eu, Caio Moraes Reis, autor deste relato e debatedor da sessão em questão, sou doutorando em Sociologia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, e atuei como colaborador técnico da SMDHC no âmbito do Grupo de Trabalho Intersecretarial de Monitoramento de Óbitos de População em Situação de Rua, no intuito de colaborar para o desenvolvimento de um “fluxo de monitoramento de óbitos de pessoas em situação de rua” em São Paulo durante o ano de 2022.

O debate que Patitucci e eu, como representantes do grupo de estudantes-pesquisadoras do GCSMUS, propusemos para a sessão aqui em foco, buscou comparar as metodologias do censo com a Caixa de Ferramentas SMUS. A proposta foi identificar, com auxílio dos dados produzidos no âmbito do projeto do GCSMUS maneiras como os “óculos” oferecidos por essa mesma caixa de ferramentas poderiam qualificar positivamente a metodologia do censo.

³ A “identificação de necessidades”, enquanto terceira fase do censo, consiste no aprofundamento dos resultados das fases anteriores – respectivamente, da pesquisa censitária e amostral para traçar o perfil socioeconômico da PopRua – tendo em vista a caracterização de necessidades de subgrupos especiais da PopRua para posterior aprimoramento das políticas públicas para esse segmento populacional.

Dei início ao debate comparando os modos de abordar e de dialogar implícitos em ambas as metodologias. Uma diferença central, quanto à abordagem, diz respeito do que sintetizamos como “corpos”. O censo proporia impessoalidade e distância físicas e simbólicas entre recenseadoras e a PopRua, ao passo que a metodologia do SMUS implicaria uma proximidade construída gradualmente, investindo em confiança e sensibilidade qualitativa para com as categorias que, na antropologia, costumam ser denominadas “nativas” – no caso, termos nativos da própria PopRua. Já os modos de dialogar se diferenciariam pelo seu respectivo ponto de vista de referência: no caso do censo, prevaleceria a perspectiva das planejadoras da pesquisa, ao passo que a metodologia do SMUS proporia a perspectiva etnográfica, de diálogo “pra valer” com o outro (Frehse, 2006).

Com base nesse argumento, elenquei, em nome do grupo de estudantes-pesquisadoras, três características críticas do questionário do último Censo, à luz dos dados obtidos a partir da aplicação da metodologia do SMUS. O Censo (i) consideraria apenas a formação escolar passada das pessoas em situação de rua, tendo, assim, dificuldade de identificar casos em que as pessoas, na rua, tivessem retomado a mesma; (ii) seria insensível a dois tipos de temporalidade vigentes no âmbito da PopRua: a temporalidade cíclica da situação de rua, que implica sucessivas “saídas” e “retornos” à rua em decorrência de flutuações na condição empregatícia, e marcos temporais históricos e/ou biográficos de referência da PopRua, em detrimento dos marcos cronológicos; (iii) não acomodaria as múltiplas concepções de família que perpassam a sociabilidade da PopRua.

À luz desses aspectos, Patitucci assumiu a exposição, pontuando, em nome do grupo de estudantes-pesquisadoras, quatro contribuições que a metodologia do SMUS teria como oferecer à elaboração dos censos da PopRua. As espacialidades cotidianas identificadas analiticamente com a ajuda da Caixa de Ferramentas SMUS poderiam (i) ser utilizadas para repensar o desenho do censo, sobretudo seu recorte por distritos censitários; (ii) orientar o treinamento das recenseadoras; (iii) contribuir para “enraizar” social e culturalmente as concepções de formação escolar, família etc. mobilizadas no questionário relativo às três fases de coleta de dados; (iv) aprimorar a coleta de dados na rua, por fomentar uma comunicação “enraizada” com a PopRua em torno da realização do respectivo censo.

Como conclusão, Patitucci enfatizou o nosso reconhecimento de que o censo, como fruto de pesquisa quantitativa, constitui um retrato quantitativo do momento. De todo modo, reafirmou, em nome do grupo de estudantes-pesquisadoras, a dificuldade que tal metodologia acarreta para o diálogo do poder público com as concepções “nativas” da PopRua. Por fim, a expositora ressaltou a necessidade de que o censo passe a ser complementado por outros instrumentos de natureza qualitativa, a exemplo da chamada Pesquisa Social Participativa, que foi realizada em 2015 como complemento ao Censo daquele ano.

Reação de Viviane Ferreirinho e Carolina Nakagawa Lanfranchi (Minutagem no vídeo: 02:52:20 → 02:59:00):

Após a provocação que fizemos, as expositoras Ferreirinho e Lanfranchi passaram brevemente a expor suas reações.

Ferreirinho sugeriu que as diferenças por nós apontadas, entre as metodologias do censo e do projeto de pesquisa e extensão universitária que prevê o uso da Caixa de Ferramentas SMUS, corresponderiam a uma distinção entre os olhares antropológico e sociológico. Reafirmou a especificidade da necessidade a que o censo responderia – qual seja, a de contar rapidamente a PopRua. Com isso, a expositora reconheceu que a metodologia do censo resulta invasiva, sobretudo na edição de 2019, em que, segundo Ferreirinho, houve pouco tempo de preparação, antes da aplicação dos questionários.

Por fim, Ferreirinho descreveu o campo empírico de realização do censo – e que compreenderia tanto a PopRua quanto as recenseadoras – como mais “hostil”, sobretudo após o início da pandemia. E apontou o treinamento e o controle das equipes de recenseadoras como o maior desafio atual, para a execução do censo.

Aproveitando esse tema, Lanfranchi pontuou a busca pelo “resgate” do treinamento das equipes de recenseadoras como um desafio atual, já que a atividade resulta de um processo licitatório⁴. E sugeriu uma sensibilização das recenseadoras a partir dos resultados do censo.

Retomando as respostas de Ferreirinho, Lanfranchi afirmou ainda que demandas temporais de execução do censo e seus objetivos precisariam ser equilibrados. Isso implicaria escolhas metodológicas difíceis. Daí porque a abordagem do SMUS, para Lanfranchi, faria mais sentido para o atendimento sociopsicoassistencial, uma vez que o desafio do censo seria garantir a viabilidade de uma série histórica. Por fim, Lanfranchi deu uma dica importante para pesquisas outras: o *site* da SMADS disponibiliza os dados brutos de cada censo.

Considerações finais de Fraya Frehse (Minutagem no vídeo: 02:59:06 → 03:01:49):

A mediadora reiterou a pertinência do argumento do grupo de estudantes-pesquisadoras: o conhecimento das espacialidades cotidianas do morar na rua construído com o auxílio dos “óculos” do GCSMUS poderia requalificar a formação das recenseadoras, o conteúdo do questionário do censo e o próprio desenho metodológico da pesquisa, prestando-se a parâmetro para um eventual curso de capacitação prévio de natureza qualitativa para as recenseadoras.

Comentário final:

⁴ O processo licitatório demanda que as prestadoras de serviços – sejam indivíduos, sejam empresas – encaminhem propostas nas quais descrevam não apenas o custo monetário de cada elemento constituinte do serviço, mas também justificativas para o plano de ação pretendido. As propostas que cumprirem todos os requisitos constantes no edital público de chamada à prestação de serviços deverão ser avaliadas conforme o menor preço ofertado. Portanto, o treinamento das equipes a cujo “resgate” Lanfranchi faz referência passaria pela exigência, em edital de chamada, de que o treinamento das equipes contasse com algumas etapas específicas, como treinamento em campo por duas semanas etc.

A segunda sessão logrou dois resultados. Por um lado, ensejou um diálogo profícuo entre pesquisadoras e formuladoras de políticas públicas em torno de metodologias de pesquisa empregadas em seus respectivos trabalhos, com vistas a objetivos distintos – do lado do grupo de estudantes-pesquisadoras, compreender o dia a dia da PopRua durante a pandemia de Covid-19 a partir das suas espacialidades cotidianas; do lado das agentes da SMADS, quantificar essa população e identificar suas características socioeconômicas para subsidiar alterações ou mesmo novas propostas de intervenção estatal.

Por outro lado, a sessão evidenciou alguns desafios inerentes a esse mesmo diálogo. As propostas do grupo de estudantes-pesquisadoras, sintetizadas em revisões do questionário do atual Censo e na complementação do treinamento das recenseadoras por meio de métodos espaciais, encontraram resistência por parte das formuladoras de políticas públicas. Estas, cientes nas dificuldades inerentes à sua atuação e, particularmente, à viabilização de uma pesquisa como o censo da PopRua em São Paulo, sugeriram que o diálogo possível em torno da metodologia do SMUS se daria no âmbito dos serviços de acolhimento da mesma SMADS, e não necessariamente por meio de uma pesquisa passível de complementar o próprio censo.

Na minha avaliação, essa resistência decorre menos das distintas naturezas de atuação de cada uma das partes (academia e formulação e políticas públicas), embora dela não esteja alheia, e mais das controvérsias metodológicas próprias às ciências sociais, área de formação das quatro participantes da sessão. A vontade de dialogar existe e ficou evidente na sessão. Porém, os bloqueios próprios a esse intercâmbio entre academia e prática profissional passam não só pela divisão (suposta) de trabalho entre ambas as áreas. São atravessadas também pelas divergências (re)produzidas no seio da própria academia, onde as agentes da prática – especialmente aquelas ligadas à formulação de políticas públicas – se formam.

Referências

BRASIL. *Decreto Nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009*. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2009.

FREHSE, Fraya. Potencialidades de uma etnografia das ruas do passado. *Cadernos de Campo*, v. 15, n. 14-15, p. 299-317, 2006, <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v15i14-15p299-317>.

4. RELATO SOBRE A SESSÃO 3 (“DESAFIOS”)

Autoria: Caio Moraes Reis

Link - evento: <http://www.iea.usp.br/eventos/morar-ruas-covid-19-pesquisa-pratica>

Link – vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=FJVketwdAL4>

(Minutagem da Sessão 3: 03:02:08 → 04:32:40)

Ementa:

Apresentação e debate crítico da metodologia das espacialidades cotidianas do morar nas ruas de São Paulo em tempos de Covid-19

Programação:

Mediação

Carmen Santana (Faculdade de Medicina-USP)

Exposições

Fraya Frehse (GCSMUS-USP/USP-Cidades Globais)

Ignacio Castillo Ulloa (GCSMUS-TU Berlin)

Debate

Marcos Buckeridge (Instituto de Biociências-USP/USP-Cidades Globais)

Suzana Pasternak (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-USP/USP-Cidades Globais)

Pedro Jacobi (Instituto de Energia e Meio Ambiente-USP/USP-Cidades Globais)

Marcelo Nery (Núcleo de Estudos da Violência-USP/USP-Cidades Globais)

Apresentação:

A última sessão do Seminário UrbanSus, “Desafios”, voltou-se à discussão crítica do enquadramento teórico e metodológico subjacente ao projeto de pesquisa e extensão universitária do GCSMUS.

Para isso, Fraya Frehse e Ignacio Castillo Ulloa submeteram o contexto institucional e as diretrizes teóricas e metodológicas da proposta à apreciação de quatro pesquisadoras do Programa USP Cidades Globais do Instituto de Estudos Avançados (IEA): Pedro Jacobi, Suzana Pasternak, Marcelo Nery e Marcos Buckeridge. A mediação da sessão foi de Carmen Santana, pesquisadora colaboradora da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FM-USP).

Abertura de Carmen Santana e Fraya Frehse (Minutagem no vídeo: 03:03:33 → 03:06:56):

Santana é médica psiquiatra, pesquisadora e coordena o projeto de extensão universitária “Curso e Guia: Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Imigração e Refúgio”, que resulta de uma parceria entre a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM). Já as três debatedoras da sessão contam com perfis disciplinares outros, além

de diversificados entre si, para além de sua condição comum de pesquisadoras do Programa USP Cidades Globais. Jacobi é professor de Ciências Ambientais no Instituto de Engenharia e Ambiente (IEE) da USP e um dos coordenadores do tema “Cidades” do “Programa Eixos Temáticos” da Universidade. Pasternak, por sua vez, é professora aposentada de Planejamento Urbano da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP, além de pesquisadora do Observatório das Metrôpoles. Enquanto Nery é sociólogo e pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da USP, Buckeridge é professor do Instituto de Biociências da USP.

Apresentadas as debatedoras, Frehse anunciou o teor de sua apresentação conjunta com Castillo Ulloa, apoiando-se numa apresentação de *slides* acerca das “Implementações prático-empíricas + Projeto-piloto” estruturada em quatro partes: (i) “Implementações prático-empíricas: o que são?”; (ii) “Nosso projeto-piloto: uma visão alternativa sobre a PopRua”; (iii) “Retrospectiva: o que aprendemos?”; e (iv) “Próximos passos”.

Exposição de Ignacio Castillo Ulloa e Fraya Frehse (Minutagem no vídeo: 03:07:27 → 03:30:21):

Castillo Ulloa deu início à apresentação por meio de uma contextualização institucional mais ampla do projeto de pesquisa e extensão em foco ao longo do Seminário UrbanSus. O objetivo do que as autoras chamam de “implementações prático-empíricas” é um tipo de proposição específica de políticas públicas em consonância com uma das metas da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) #11 – “Cidades e comunidades sustentáveis” –, que visa “tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis”. Sua marca: conhecimento científico em prol de sustentabilidade urbana baseado no emprego investigativo e difusão prática de métodos espaciais. Eis o cerne da chamada Ação 4 do GCSMUS. De fato, sua reivindicação central seria promover uma sinergia entre o conhecimento científico e o mundo da prática via métodos espaciais, fomentadores, por sua vez, de um “olhar espacial”.

Derivou dessa reivindicação a ênfase no desenvolvimento da Caixa de Ferramentas SMUS referenciada ao longo das sessões anteriores – e aplicada tanto na compreensão científica quanto na atuação prática em relação às espacialidades cotidianas do morar nas ruas de São Paulo durante a pandemia de Covid-19. De fato, a proposta do projeto “Métodos Espaciais em Ação” foi mobilizar o conjunto dos dois métodos de pesquisa qualitativa apresentados por Frehse na Abertura do Seminário UrbanSus como “óculos” que oferecem um olhar alternativo tanto às agentes da prática quanto às próprias pesquisadoras científicas. Esses óculos, pondera Castillo Ulloa, não se propoem como resposta ou solução definitiva para a questão do morar nas ruas. No entanto, seu emprego no âmbito do projeto teria permitido evidenciar três aspectos relacionados ao valor e ao objetivo das implementações prático-empíricas visadas pelo GCSMUS.

Primeiramente, teria sido possível mostrar às participantes da pesquisa – estudantes-pesquisadoras e agentes da prática – como fazer uso de tais ferramentas metodológicas em circunstâncias particulares. Em segundo lugar, o projeto teria conseguido incentivar buscas por um

diálogo entre academia e práticas – resguardados os limites intrínsecos a esse intercâmbio –, com potencial de implementação em políticas públicas. Por fim, o projeto teria permitido incentivar soluções alternativas inovadoras por parte tanto das estudantes-pesquisadoras – em suas próprias pesquisas de pós-graduação e no âmbito dos dois cursos de capacitação dos quais participaram – quanto por parte das agentes da prática que participaram do curso de capacitação focado no relato relativo à primeira sessão do Seminário UrbanSus.

Com isso, Frehse assumiu a exposição, voltando-se especificamente ao projeto “Métodos Espaciais em Ação, detalhando aspectos alternativos àqueles que apresentara na Abertura do evento. O objetivo original da Ação 4 teria sido fazer a universidade aproximar-se à prática em torno de uma das metas do ODS #11⁵. No entanto, o momento em que esse projeto se iniciou, nos primeiros meses de 2020, coincidiu com o advento da pandemia de Covid-19 na Europa e na América Latina, o que colocou o desafio de sua execução. A solução encontrada teria sido a abordagem de um tema de pesquisa já previamente estudado por Frehse – o morar nas ruas de São Paulo – no âmbito de um projeto-piloto que se voltasse à implementação prático-empírica de métodos espaciais de pesquisa qualitativa em meio à pandemia.

Ao longo do processo de pesquisa e extensão universitária, Frehse demonstrou como se foi configurando, através da capacitação das estudantes em métodos espaciais, a Caixa de Ferramentas SMUS abordada anteriormente, e que a expositora sintetizou ainda uma última vez. Os “óculos” metodológicos compreenderiam dois conjuntos de técnicas qualitativas de pesquisa empírica: (i) observação etnográfica das espacialidades dos sujeitos pesquisados, via observação direta e participante e entrevistas em movimento; e (ii) técnicas de visualização dessas espacialidades, via mapeamentos através de desenhos, fotografias etc.

De tal exposição, Frehse extraiu uma conclusão: o que as ciências sociais sensíveis à dimensão social e relacional do espaço poderiam fazer, em prol da sustentabilidade urbana por meio do diálogo e do encontro com agentes da prática profissional em relação a qualquer tema da Agenda 2030, seria “bagunçar o coreto”, “desorganizar a ordem dos pré-conceitos” – no caso, coreto e pré-conceitos sobre a PopRua no plano da afetividade e da saúde mental. Em outros termos, os métodos espaciais contribuíram, no âmbito do projeto focado no Seminário UrbanSus, para a sustentabilidade urbana na medida que permitiram revelar a estudantes-pesquisadoras e profissionais da prática dedicados à PopRua os seus próprios pré-conceitos, pré-concepções a respeito da PopRua.

Na sequência, Frehse passou a resultados interpretativos mais específicos que o projeto permitiu alcançar: as espacialidades cotidianas do morar nas ruas de São Paulo durante a pandemia revelariam que “a sustentabilidade urbana não é um problema para a PopRua nem para quem com

⁵ Cada ODS possui metas que auxiliariam na sua consecução por parte da sociedade. No caso do ODS #11, são dez metas. Cf. “Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11: Cidades e comunidades sustentáveis”, <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11>. Acesso em 14 de maio de 2022.

ela trabalha dia a dia”. Ao mesmo tempo, as espacialidades cotidianas evidenciarão que a PopRua possui “práticas espaciais sustentáveis que contribuem involuntariamente para a agenda da sustentabilidade urbana”. Exemplos de tais práticas seriam a reciclagem e o cuidado com a natureza, com a flora e a fauna urbanas. Tudo isso em meio a condições de vulnerabilidade social, sanitária e psicológica “inomináveis”.

Em termos metodológicos, o projeto apontaria para sete resultados: (i) contra todas as probabilidades, teria sido possível coletar dados durante os primeiros meses da pandemia; (ii) a participação das estudantes-pesquisadoras teria sido um catalisador importante de todo o processo; (iii) o desenvolvimento de capacidades teria tido um papel instrumental na transferência de conhecimento metodológico – e aqui Frehse ressaltou a importância do chamado Método Paulo Freire – referenciado já na Abertura do evento, e que foi adotado pelas estudantes-pesquisadoras sob a orientação de Frehse, a fim de capacitar as agentes profissionais no âmbito da terceira fase do projeto de pesquisa e extensão em questão; (iv) os desafios da comunicação científica, em particular com as agentes da prática profissional com PopRua; (v) a eficácia de cursos de treinamento concisos e intensivos; (vi) a importância do processo de coprodução de conhecimento através do “aprender fazendo”; (vii) a aplicação de métodos espaciais como processo de aprendizagem e de transformação das subjetividades.

Baseada nesse panorama, Frehse aludiu brevemente, por fim, aos próximos passos previstos para o projeto. Em particular, ela ressaltou a iminência de uma chamada de candidaturas para financiamento, com o objetivo de viabilizar a realização de projetos de implementação prático-empírica da Caixa de Ferramentas SMUS em outros cantos do planeta, para fins do enfrentamento transdisciplinar de algum tema ligado ao ODS #11. O objetivo final seria a elaboração de uma agenda de pesquisa e extensão universitária “global” em torno de propostas metodológicas de políticas públicas que façam avançar a Agenda 2030 de sustentabilidade urbana.

Debate por Pedro Jacobi, Suzana Pasternak, Marcelo Nery, Marcos Buckeridge e Carmen Santana (Minutagem no vídeo: 03:30:22 → 04:10:48):

Foi Jacobi que iniciou a rodada de debates. Exaltou o que denominou “conversa como cidadão”, que teria presenciado ao longo de todas as sessões do Seminário. As discussões teriam trazido para o debate “o *cidadão* em situação de rua, para além do ‘morador de rua’”.

Chamando a atenção para a necessidade de se refletir sobre políticas públicas para essa população, o debatedor afirmou que a grande questão, para quem trabalha e faz pesquisa sobre a PopRua, é como a política pública se torna mais efetiva, na busca por inclusão social. Para Jacobi, a pandemia teria escancarado a falta de acesso dessa população ao saneamento básico, ao passo que a garantia desse acesso poderia lhe conferir mais dignidade, amenizando seu sofrimento e precariedade. No entanto, tais avanços seriam desafiadores, pois o esforço de diálogo do poder público com a PopRua seria dificultado pelo uso abusivo de drogas por parte dessa população.

Partindo de tais observações, Jacobi questionou que aprendizagem social se poderia adquirir, a partir do trabalho exposto no Seminário UrbanSus. Fundamentalmente, a contribuição da pesquisa apresentada seria fortalecer práticas dialógicas. No entanto, careceria de mostrar que há um hiato entre a espacialidade daquelas que têm e que não têm, entre centro e periferia. As cidades seriam – segundo Jacobi, fazendo referência aos trabalhos do sociólogo urbano Lúcio Kowarick sobre a chamada espoliação urbana em São Paulo – duais.

Ao falarmos de PopRua, estaríamos nos referindo a uma população desesperançada, desconectada, que não conseguiria se “inserir” – o que também se observaria em outras cidades, como a estadunidense São Francisco, na Califórnia. Ademais, para Jacobi, a pesquisa acadêmica teria que estar sempre e cada vez mais associada à extensão universitária, mostrando que nossas cidades abrigam da forma mais precária possível essa “exclusão social” (da PopRua), e que esse diálogo entre universidade e prática profissional seria fundamental. Todavia, “deve haver uma esperança”, uma resposta para além da “conversa”, mas associada a um compromisso da gestão pública de oferecer soluções “concretas”. Tal resposta estaria sempre sendo desafiada, porém, pela descontinuidade das gestões municipais, marcadas por um “maniqueísmo” que desqualificaria a PopRua e contribuiria para a difusão de uma “imagem de medo” em relação a ela. Caberia às políticas públicas, assim, “requalificar” a presença da PopRua e sua imagem perante a sociedade, uma vez que sua inclusão teria sido, até agora, precária.

Pasternak, por sua vez, ancorou sua fala naquilo que identificou como três formas de fazer pesquisa: a pesquisa censitária, que teria sido tematizada na sessão anterior do Seminário UrbanSus; a pesquisa etnográfica, discutida também, como contraponto, anteriormente; e o tipo que ela definiu como “pesquisa sobre espacialidades e sustentabilidade”. Todas as três abririam a possibilidade de “interferências em políticas públicas”, mas cada qual à sua maneira. O censo apontaria se o perfil da PopRua muda, e como o faz, de modo a adequar as políticas públicas ao cenário identificado pelo censo. No caso de São Paulo, o “problema” seria que as políticas de acolhimento à PopRua pensadas a partir dos censos “nunca” teriam operado na chave de uma “solução” para a situação de rua, mas apenas propondo medidas paliativas e provisórias.

Já a etnografia suscitaria políticas mais inclusivas, fornecendo subsídios para que agentes de políticas públicas pensassem em como “abrigar melhor: a PopRua. Em particular, a arquiteta chamou a atenção para os centros de acolhida de São Paulo: estes teriam passado a acolher animais de estimação da PopRua, já que a gestão pública (através de pesquisas etnográficas) teria identificado a recusa de vagas, nesses centros, para pessoas em situação de rua que tivessem e cuidassem de animais de estimação.

Por fim, Pasternak apontou que a pesquisa sobre as espacialidades em foco no Seminário UrbanSus teria demonstrado que a PopRua não é tão “nômade”. No entanto, a debatedora questionou em que medida esse tipo de pesquisa ajudaria a gestão de políticas públicas a intervir para “solucionar o problema da PopRua”. Se qualquer pesquisa almeja conhecer a situação de rua

e fornecer elementos de intervenção, focar as espacialidades do modo como o projeto do GCSMUS propôs não teria esclarecido “elementos de intervenção”.

Já Nery iniciou seus comentários exaltando a importância do evento e da discussão, que, aos seus olhos, teria “levantado a questão” sobre como a universidade pode contribuir para a “solução do problema da PopRua”. No intuito de desenvolver o tema, o debatedor se orientou numa constatação de suas pesquisas, de matriz eminentemente quantitativa.

Segundo Nery, devido às políticas públicas, à situação econômica e política nacional e mundial, e à pandemia de Covid-19, a pobreza e a desigualdade estariam aumentando, em São Paulo. Isso tenderia a fazer aumentar os “crimes contra o patrimônio”, que normalmente ocorreriam em lugares que contam com população flutuante e atividade econômica importantes – as mesmas características dos lugares onde a PopRua estaria concentrada, na cidade. Portanto, essa mesma PopRua seria duplamente vitimada, uma vez que inserida num contexto tendencialmente violento, o que contribuiria para que fosse entendida pelo senso comum como sendo “agente de insegurança” – muito embora seja o crime organizado, em particular as facções criminosas, que estariam ocupando as áreas centrais de São Paulo, na esteira do gradual retorno das atividades presenciais e a suspensão das restrições sanitárias impostas em decorrência da pandemia de Covid-19.

Baseado nessa constatação, Nery argumentou que a população vulnerável deveria ser objeto de políticas públicas, e a PopRua seria a mais vulnerável de todas. Contudo, sendo a PopRua em São Paulo um contingente de aproximadamente 30 mil pessoas num universo de 12 milhões de habitantes, qual seria a viabilidade de uma política pública destinada a um público estatisticamente tão pequeno?

Buckeridge, por fim, aproveitou o comentário de Nery para afirmar que a PopRua, em São Paulo, compreenderia 0,4% da população da cidade, o que significaria que 2 em cada 300 habitantes estariam em situação de rua na cidade. Na verdade, levando-se em conta a aproximação indicada por Nery, de 30 mil pessoas num universo de 12 milhões de habitantes, a proporção mais correta seria 0,25% da população da cidade em situação de rua, o equivalente a 1 em cada 400 pessoas. Tais números sugerem que o “problema” da situação de rua deveria ser simples de “resolver”, mas na verdade seria um “problema enorme”. Conforme Apoiando-se no primeiro Seminário UrbanSus sobre o tema – e tematizado por Frehse na Apresentação deste Relato Crítico –, “vimos” que “muitos moradores de rua não querem sair da rua”, que nesse espaço encontrariam uma família.

Já referindo-se ao Seminário UrbanSus aqui em foco, sua “mensagem”, segundo Buckeridge, seria de que a rua seria “um espaço como qualquer outro”, e assim precisaria ser respeitada. Haveria outros motivos em jogo na permanência das pessoas nas ruas, de modo que o problema deveria ser analisado sob a ótica da psicologia individual, e não social, uma vez que a solução deveria passar por cada heterogeneidade individual, não coletiva. Quanto ao projeto “Métodos em Ação”, Buckeridge identificou-o como “experimento”, mais do que como “extensão universitária”. Afinal, as estudantes, em particular no âmbito do curso de capacitação que

ministraram para as agentes da prática com a PopRua, teriam “interferido na realidade” através de um método “inusitado” de pesquisa transdisciplinar. Ademais, o Seminário UrbanSus teria “complementado” o primeiro seminário, de novembro de 2020. Contudo, a despeito de haver propostas implícitas no projeto, seria necessário avançar quanto ao “modelo de política pública de que precisamos” para “enfrentar o problema da situação de rua”.

Encerrando sua fala, Buckeridge agradeceu às expositoras da segunda sessão do Seminário, Carolina Nakagawa Lanfranchi e Viviane Ferreirinho, pelos censos da PopRua em São Paulo. E criticou a obrigação legal de que o poder público adote a proposta de menor valor no processo licitatório, para contratar a empresa responsável pelo censo. Enfim, o debatedor indicou que, embora o censo de 2021 tenha “mostrado” o efeito da pandemia no agravamento da situação de rua em São Paulo, seria importante esperar os próximos censos, para verificar se o fim da pandemia faria a quantidade de pessoas em situação de rua retornar ao número pré-pandêmico.

Como mediadora, Santana, por sua vez, ressaltou a importância da pesquisa-ação na saúde pública. Para ela, pesquisa e intervenção não se separariam, e tal característica estaria claramente presente no projeto exposto por Castillo Ulloa e Frehse. Ademais, sua contribuição para as políticas públicas se evidenciaria em quatro aspectos: (i) na metodologia que propõe para a extensão universitária; (ii) na conexão que propõe entre a extensão universitária, a pesquisa e o ensino; (iii) no ensino interdisciplinar; (iv) na intervenção que propõe, com clara mudança da visão de mundo por parte das agentes da prática “em muito pouco tempo” – especialmente em comparação com processos psicoterapêuticos.

Por fim, Santana ressaltou que, nas áreas disciplinares da saúde, se trabalha com uma concepção de ser humano “biopsicossocial”. De fato, sem interdisciplinaridade e intersetorialidade, fundadas no tripé “moradia-saúde (mental)-trabalho”, as pessoas não sairiam da rua. Porém, enquanto as ciências médicas e a psicologia trabalham com as dimensões “bio” e “psico” dessa concepção de ser humano, a pesquisa de Castillo Ulloa e Frehse teria chamado a atenção para outra dimensão, a do cuidado social, promovendo a mudança do sujeito e produzindo conhecimento e “enfrentamento”.

Reações de Ignacio Castillo Ulloa e Fraya Frehse (Minutagem no vídeo: 04:10:56 → 04:25:46):

Para Castillo Ulloa, a discussão crítica anterior evidenciaria a riqueza conceitual, discursiva e prática sobre a PopRua, assim como um certo grau de desarticulação entre as visões sobre o tema. O projeto apresentado no Seminário seria, sim, experimental, e, com seu olhar metodológico e espacial, teria ajudado (i) a integrar a riqueza em questão e (ii) a propor tanto um movimento epistemológico pelo qual a formulação de políticas públicas e o planejamento urbano sejam mais sensíveis à PopRua, quanto um movimento metodológico e prático em prol de mudança interativa. Em síntese, o projeto nos faria refletir sobre a razão pela qual fazemos pesquisa – o que passaria pelo desejo de entender a realidade e pelo incômodo com essa mesma realidade. O inconformismo nos faria buscar saber mais.

Para tecer o seu comentário, Frehse, por sua vez, retomou sinteticamente quatro aspectos críticos contidos nos comentários das debatedoras acerca da aparente parca contribuição do projeto para as políticas públicas: para Jacobi, “conversa” não seria resposta; para Pasternak, para quê focar espacialidades?; para Nery, seriam grandes os limites de políticas públicas, sendo a PopRua um contingente populacional quantitativamente tão pequeno; para Buckeridge, o projeto em foco seria um “experimento por “interferir na realidade”.

Como contraponto ao comentário de Jacobi, Frehse evidenciou que as “conversas” em questão tornaram evidente o quanto a política pública também depende dos pré-conceitos de quem a opera “na ponta”, na rua, em contato cotidiano com a PopRua – como é o caso das participantes do curso de capacitação desenvolvido com as agentes da prática (e tematizado na primeira Sessão do Seminário UrbanSus aqui em foco). Ademais, o projeto ensinaria que as agentes da prática, as estudantes, as docentes universitárias executariam diferentes políticas públicas.

Já a Pasternak Frehse respondeu que o projeto em foco, sensível à dimensão cultural e social do espaço, assim como as ciências sociais, de modo mais amplo, revelariam “padrões” de vivência da materialidade física do espaço que nos ajudariam a “enfrentar a realidade” das ruas da cidade de modo social e culturalmente mais enraizado, localizado, contrariando as simplificações abstratas.

Quanto à colocação de Nery, Frehse concordou que, de fato, o projeto não teria trazido respostas *quantitativas*. No entanto, teria desenvolvido uma proposta de intervenção na prática profissional de quem trabalha com PopRua *a partir* de pesquisa científica. A etnografia possibilitaria qualificar o tripé “emprego-moradia-saúde” referenciado por Santana. Caberia agora às participantes do curso de capacitação tematizado na primeira sessão do Seminário divulgar os resultados da pesquisa. O Seminário aqui em foco seria apenas o primeiro passo, nessa direção.

Por fim, em relação à observação de Buckeridge, Frehse argumentou que, à diferença de um experimento dedutivo, o projeto teria se pautado em métodos indutivos próprios das ciências humanas e sociais. Assim, evidentemente colocaria em xeque quaisquer proposições “positivistas” pautadas na concepção de que poderia ser possível qualquer “não-interferência” na “realidade”.

Concluindo seu comentário, Frehse afirmou que o foco do projeto nas espacialidades cotidianas teria “destampado a porta” de acesso a um imenso submundo invisível à política pública. Ressaltou, nesse contexto, a importância do “diálogo” para a coprodução de conhecimento passível de alimentar políticas públicas. Como exemplo, mencionou que, em sua primeira fase, o projeto teria capacitado 8 estudantes, que por sua vez teriam capacitado 26 agentes da prática. Ao todo, portanto 34 pessoas teriam sido afetadas em quatro meses de trabalho, e levadas a pensar diferentemente sobre o seu próprio cotidiano profissional, pessoal e acadêmico.

Encerramento de Marcos Buckeridge (Minutagem no vídeo: 04:26:00 → 04:31:28):

Concluindo o evento, Buckeridge enfatizou, como caráter inovador do projeto, a proposta de intervenção por parte da universidade: esta teria assumido, no projeto, o papel de “operadora de

política pública”. Ademais, o trabalho teria trazido “respostas que não são realmente respostas”; sua “grande contribuição” seria a “quebra de alguns mitos”. Se, no primeiro Seminário UrbanSus, de novembro de 2020, as pesquisadoras haviam mostrado que pessoas em situação de rua ajudariam alguém recém-chegada às ruas, o presente Seminário teria contribuído para quebrar o mito do medo em relação à PopRua.

Em terceiro lugar, Buckeridge elogiou o enfoque do projeto no ODS #11. O Seminário teria ajudado a “quebrar o mito” da suposta ausência de qualquer prática sustentável no morar nas ruas. Exemplar nesse sentido teria sido o acordo, evidenciado na primeira sessão, que movimentos sociais como o de Robson Mendonça fariam com as equipes de limpeza urbana da Prefeitura Municipal de São Paulo, para evitar que a distribuição gratuita de marmitas para quem mora nas ruas sujasse os lugares públicos. Teria ficado claro, pelo Seminário, que há uma “organização”, na rua, que é uma “lição de sustentabilidade”. O biólogo pontuou, porém, que a questão ambiental precisaria ser pensada em conjunto com tripé trabalho-saúde-moradia mencionado anteriormente por Santana.

Enfim, para Buckeridge, a grande lição do Seminário teria sido evidenciar que a PopRua se relaciona com todos os aspectos da sustentabilidade urbana.

Intervenção de Carolina Nakagawa Lanfranchi (Minutagem no vídeo: 04:31:37 → 04:32:40):

Após o encerramento do Seminário, Lanfranchi, a coordenadora do Observatório de Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (OVS-SMADS) que participou, como expositora, da segunda sessão do evento, pediu a palavra para fazer um convite a Frehse. Em nome da SMADS, ela convidou a equipe da professora a desenvolver um curso de capacitação análogo àquele oferecido aos agentes da prática com PopRua no âmbito do projeto discutido na primeira sessão do Seminário para as equipes do Serviço Especial de Abordagem Social (SEAS) e dos centros de acolhida. Tudo isso nos termos de uma parceria institucional entre a USP, o GCSMUS e a SMADS.

Frehse prontamente aceitou o convite, arrematando em definitivo o Seminário com a afirmação de que, através de passos como esse, a mudança aconteceria: “Agora, é o resto da vida”.

Comentário final:

A terceira sessão configurou uma oportunidade de revisitar o projeto de pesquisa e extensão que fora apresentado por Frehse na Abertura do Seminário UrbanSus, mas agora por meio de um olhar qualificado pelas sessões 1 e 2. Após acompanhar os esforços de diálogo com a prática profissional do “nível de rua” com a PopRua e as contribuições possíveis à formulação e execução de políticas públicas, mais especificamente em torno do censo da PopRua em São Paulo, a terceira sessão trouxe uma discussão eminentemente acadêmica para o Seminário. Tratou-se de uma avaliação multidisciplinar dos resultados do projeto de pesquisa e extensão, expostos nas sessões

anteriores, e do arcabouço teórico e metodológico a ele subjacente, evidenciado na apresentação conjunta de Frehse e Castillo Ulloa.

As críticas elencadas pelas debatedoras apontaram para duas características insuspeitadas da relação que a academia nutre com os seus próprios esforços de diálogo para além dos muros da universidade. Em primeiro lugar, foi unânime a cobrança de que a extensão universitária, quer como projeto independente, quer associada à pesquisa, aponte caminhos para a formulação de políticas públicas mais eficientes, independentemente do tema de referência. Essa convergência de expectativas por parte das próprias cientistas sinaliza para um compromisso da academia com o seu papel na promoção de melhores condições de vida para a sociedade em geral, sobretudo por meio do intercâmbio com instituições sociais mais capazes de implementar na prática o conhecimento produzido pela universidade.

Por outro lado, tais expectativas podem agravar, no âmbito da própria academia, desencontros que são próprios da relação dessa mesma academia com o mundo da prática. A cobrança que a academia se faz a si própria pode levar a avaliações demasiadamente estritas de projetos que propõem inovações nas maneiras como a universidade atua e se relaciona com outras instituições.

A sinergia possível entre abordagens quantitativas e qualitativas para a qual o projeto do GCSMUS sinaliza – e que ficou patente na segunda sessão do seminário – foi pouco enfatizada pelas debatedoras da sessão 3. A despeito de subscreverem as contribuições da metodologia do SMUS, materializada em sua caixa de ferramentas de métodos espaciais, para um conhecimento mais profundo e multifacetado sobre a realidade da PopRua, as debatedoras questionaram os efeitos que essa ação de extensão universitária poderia produzir entre agentes e formuladoras de políticas públicas, bem como a dimensão desses efeitos. Talvez isso se deva a uma concepção de política pública estrita, forjada em torno da importância de uma legislação e um plano de ação institucional – sem incluir, como pontuou Frehse, em sua resposta, agentes institucionais que atuam no nível da rua, “na ponta” dessas políticas, tais como assistentes sociais, ativistas, docentes e alunas universitárias.

Ora, ao se levar a sério a dinâmica interacional e simbólica das agentes profissionais que atuam com PopRua, o que vem à tona é uma dimensão da política pública que escapa aos gabinetes do alto escalão governamental e às deliberações legislativas – sem dúvida cruciais para qualquer avanço no desenvolvimento social. Tal dinâmica permeia justamente a trama fina do dia a dia: o atendimento ao segmento populacional de interesse; a relação mais próxima entre a população e o poder público, mediada necessariamente pela assistente social do centro de acolhida, pela técnica de enfermagem do posto de saúde, pela aluna bolsista da universidade em seu trabalho de campo.

Essa dinâmica interacional das políticas públicas de fato requer projetos de extensão próprios e desafiadores da universidade. A meu ver, é crucial que ela integre o debate universitário sobre os diálogos possíveis da academia com a prática profissional. E isso para que o conhecimento

científico e crítico impregne, cada vez mais, não apenas os documentos formais em que se apoiam materialmente as políticas públicas, mas também – e principalmente – o olhar e o cotidiano de quem as executa, no encontro rico e sensível com quem mais precisa de esperança.